

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**PARANAGUÁ
MARÇO / 2024**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público”. (FREITAS et al., 2004, p. 69)

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

SUMÁRIO

Nenhuma entrada de sumário foi encontrada.

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1- Localização (endereço da instituição)

Município: Paranaguá

código: CNPJ 76017458 / 0001-15

Instituição: Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" – Educação Infantil e Ensino Fundamental **código INEP:** 41140982 **SAE:** 184000725

E-mail da instituição: escolanaziraborges@gmail.com

Endereço: Rua Savino Tripodi s/nº Km 19 - Alexandra

Telefone: (41) 3721-1823

fax: (com DDD)

Equipe Diretiva:

Diretora: Damaris Batista Faryj

E-mail: damaris.faryj@paranagua.pr.gov.br

Pedagoga Orientadora Educacional: Tatiane Taveira dos Santos

E-mail: tatiane.santos@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino 3.678/82 de 30/12/1982

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino 3.678/82 de 30/12/1982

Nº da Renovação: Res. 049/11 24/09/2011 DOM 04/11/2011

Horários de Funcionamento: 07:30 às 11:30 / 13:15 às 17:15

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

() Educação do Campo

() Educação Especial

(X) Educação Infantil

(X) Ensino Fundamental

1.2- Histórico da instituição (ano de criação, relação de diretores e período de atuação, quadro de atos normativos)

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

A Escola Municipal do Campo “Nazira Borges” está localizada na Rua Savino Tripodi s/nº - KM 19 no bairro de Alexandra, no município de Paranaguá – PR. Foi criada e autorizada pela Resolução nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982, sua região é distante da área central de Paranaguá, ficando sua localização na zona rural de nosso município.

A Escola Municipal do Campo “Nazira Borges” Ensino Fundamental e Educação Infantil busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos estudantes, identificar novas formas de se relacionar com o mundo. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros. Temos também, o firme propósito de dar oportunidade às crianças de participar, de decidir, de tomar iniciativas, de se mobilizar em relação à comunidade, pois há muitas formas de fazer o trabalho escolar.

A Instituição tem como mantenedora a Prefeitura Municipal de Paranaguá, passando em 2013 a ter a primeira diretora do Campo a Profª Damaris Batista Faryj Miranda, diretora até os dias atuais. Funcionária do Município desde 2007, formada em Pedagogia, pós-graduada em Educação do campo e Gestão de processos em Educação Inclusiva (GEPEDI) pela Universidade Federal do Paraná, gestão escolar pela Universidade Castelo Branco, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (FAVENI) e atualmente mestranda em Educação Ambiental (PROFCIAMB) pela Universidade Federal do Paraná. Moradora e participante ativa da comunidade escolar, busca a transformação social desta geração jovem motivando-os a compreenderem que o futuro está em suas mãos.

O nome recebido é homenagem à moradora Nazira Borges que na época a família sensibilizou-se com a necessidade da construção de uma escola para atendimento as crianças de sua comunidade, cedendo então o terreno onde está instalada hoje a escola.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

A referida senhora foi também servidora do município, atuando na Escola Municipal "Tiradentes" como auxiliar de serviços gerais, sendo um exemplo de dedicação e zelo para com os alunos.

Nazira Borges nasceu no dia 22 de abril de 1914 e faleceu aos 62 anos de idade em 1976.

QUADROS DE ATOS

Autorizações de Funcionamento

Anexo I da Deliberação N° 01/2017

Tipo	Ato nº	Data	Descrição	Revo- gação	Vigência	Observação
Decreto	624/85	06/03/85	Criação e autorização			
Decreto	672/85	22/07/85	Denominação			
Resolução	5348/85	05/12/85	Autorização do Ensino Fundamental		5 anos	
Resolução	5844/06	05/12/06	Autorização da Ed. Infantil		3 anos	
Resolução	930/08	2008	Autorização de funcionamento			
Resolução	0013/10	22/11/10	Altera denominação			
Resolução	048/18	17/07/18	Renovação		5 anos	Ensino fundamenta l

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

Resolução	049/18	17/07/18	Renovação		3 anos	Educação Infantil
-----------	--------	----------	-----------	--	--------	-------------------

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 624

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do protocolado nº 2615/85,

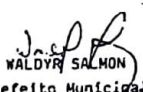
DECRETA:


Art. 1º - Fica criada e autorizada a funcionar, a Escola Rural Municipal, construída no Km 19, em Alexandra.

Art. 2º - A Escola criada e autorizada a funcionar por este Decreto, deverá observar no que lhe for aplicável, os preceitos da legislação estadual de ensino e o disposto na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 06 de março de 1985.


WALDYR SALMON
Prefeito Municipal


SEBASTIÃO MOURA CORREIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração e Negócios Jurídicos

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 672

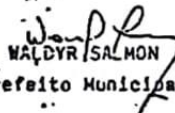
O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso XXVII da Lei Complementar nº 02, de 18 de junho de 1973,

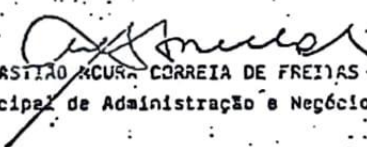
DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de Escola Rural Municipal "NAZIRA BORGES", o estabelecimento de Ensino do Município, localizado no Km 19, em Alexandra;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 22 de julho de 1985.


WALDYR SALMON
Prefeito Municipal


SEBASTIÃO ACUNHA CORREIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração e Negócios Jurídicos

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



ESTADO DO PARANÁ -
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

elúcles

Paranaguá

RESOLUÇÃO Nº 5.348/85

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 19, inciso V do Decreto nº 3037, de 09 de outubro de 1980, revigoradas pelo Decreto nº 5729, de 02 de dezembro de 1982, e considerando o disposto na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e o cumprimento dos requisitos contidos nas Deliberações 30/80 e 51/82, do Conselho Estadual de Educação,

R E S O L V E

- Art. 1º - Fica autorizada a funcionar nos termos da legislação vigente, a ESCOLA RURAL MUNICIPAL NAZIRA BORGES, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal - daquele Município.
- Art. 2º - A autorização de funcionamento de que trata o artigo anterior, é concedida pelo prazo de cinco (5) anos, a partir do início do corrente ano letivo, para ministrar o ensino correspondente às quatro (4) primeiras séries do 1º Grau.
- Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 05 de dezembro de 1985

Gino Azzolini Neto
Gino Azzolini Neto
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSTITUTO

(Ref/ Protoc. 36313/85 e 51064/85).

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

206
25/01/2007

RESOLUÇÃO Nº 5844/06

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando: a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 02/05 do Conselho Estadual de Educação, e o Parecer nº 3033/06 da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE

ART. 1º AUTORIZAR o funcionamento da Educação Infantil na **ESCOLA RURAL MUNICIPAL NAZIRA BORGES - ENSINO FUNDAMENTAL**, situada em Alexandra, km 19, do Município e NRE de **PARANAGUÁ**, mantida pela Prefeitura Municipal.

§ 1º A autorização concedida é pelo prazo de 03 (três) anos para atuar na educação de crianças de 05 (cinco) a 06 (seis) anos, a partir do início do ano letivo de 2006.

§ 2º A Direção deve solicitar a renovação do prazo 120 (cento e vinte) dias antes do término do ano letivo de 2008.

§ 3º O Estabelecimento de Ensino foi autorizado a funcionar através da Resolução nº 3678/82 de 30/12/82.

§ 4º Em decorrência do artigo 1º, o estabelecimento de ensino passa a denominar-se: **ESCOLA RURAL MUNICIPAL NAZIRA BORGES - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**.

§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta, a Direção deverá oficializar à SEED/CEF a fim de formalizá-la legalmente.

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário. *mb*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 05 de dezembro de 2006.



Janpier Gusso
ASSISTENTE TÉCNICO / D.G.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 930/08

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando: a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 03/98, 04/99, 01/00, 03/06, 02/07 e 03/07, todas do Conselho Estadual de Educação, e o Parecer nº 723/08 da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE

ART. 1º AUTORIZAR o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos estabelecimentos de ensino abaixo relacionados, todos pertencentes ao Município e NRE de PARANAGUA, mantidos pela Prefeitura Municipal:

- 1) ESCOLA MUNICIPAL DR. ANIBAL RIBEIRO FILHO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 2) ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ARMINDA DE SOUZA PEREIRA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 3) ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE TAMANDARÉ - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 4) ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SULLY DA ROSA VILARINHO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 5) ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA NAYÁ CASTILHO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 6) ESCOLA RURAL MUNICIPAL NAZIRA BORGES - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 7) ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR RANDOLFO ARZUA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 8) ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSICLAIR DA SILVA COSTA - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 9) ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
- 10) ESCOLA RURAL MUNICIPAL PROFESSORA MARIA TRINDADE DA SILVA - ENSINO FUNDAMENTAL;

Referente ao Protocolo nº 9.273.561-3, 9.273.562-1, 9.273.563-0, 9.273.564-8, 9.273.565-6, 9.273.579-6, 9.273.580-0, 9.273.581-7, 9.273.588-5, 9.273.589-3, 9.273.600-8, 9.273.601-6, 9.273.602-4, 9.273.603-2, 9.273.604-0, 9.273.605-9, 9.273.606-7, 9.273.607-5, 9.273.608-3, 9.273.609-1, 9.273.610-9, 9.273.611-3, 9.273.612-1, 9.273.613-0, 9.273.614-8, 9.273.615-6, 9.273.616-4, 9.273.617-2, 9.273.618-0, 9.273.619-8, 9.273.620-6, 9.273.621-4, 9.273.622-2, 9.273.623-0, 9.273.624-8, 9.273.625-6, 9.273.626-4, 9.273.627-2, 9.273.628-0, 9.273.629-8, 9.273.630-6, 9.273.631-4, 9.273.632-2, 9.273.633-0, 9.273.634-8, 9.273.635-6, 9.273.636-4, 9.273.637-2, 9.273.638-0, 9.273.639-8, 9.273.640-6, 9.273.641-4, 9.273.642-2, 9.273.643-0, 9.273.644-8, 9.273.645-6, 9.273.646-4, 9.273.647-2, 9.273.648-0, 9.273.649-8, 9.273.650-6, 9.273.651-4, 9.273.652-2, 9.273.653-0, 9.273.654-8, 9.273.655-6, 9.273.656-4, 9.273.657-2, 9.273.658-0, 9.273.659-8, 9.273.660-6, 9.273.661-4, 9.273.662-2, 9.273.663-0, 9.273.664-8, 9.273.665-6, 9.273.666-4, 9.273.667-2, 9.273.668-0, 9.273.669-8, 9.273.670-6, 9.273.671-4, 9.273.672-2, 9.273.673-0, 9.273.674-8, 9.273.675-6, 9.273.676-4, 9.273.677-2, 9.273.678-0, 9.273.679-8, 9.273.680-6, 9.273.681-4, 9.273.682-2, 9.273.683-0, 9.273.684-8, 9.273.685-6, 9.273.686-4, 9.273.687-2, 9.273.688-0, 9.273.689-8, 9.273.690-6, 9.273.691-4, 9.273.692-2, 9.273.693-0, 9.273.694-8, 9.273.695-6, 9.273.696-4, 9.273.697-2, 9.273.698-0, 9.273.699-8, 9.273.700-6, 9.273.701-4, 9.273.702-2, 9.273.703-0, 9.273.704-8, 9.273.705-6, 9.273.706-4, 9.273.707-2, 9.273.708-0, 9.273.709-8, 9.273.710-6, 9.273.711-4, 9.273.712-2, 9.273.713-0, 9.273.714-8, 9.273.715-6, 9.273.716-4, 9.273.717-2, 9.273.718-0, 9.273.719-8, 9.273.720-6, 9.273.721-4, 9.273.722-2, 9.273.723-0, 9.273.724-8, 9.273.725-6, 9.273.726-4, 9.273.727-2, 9.273.728-0, 9.273.729-8, 9.273.730-6, 9.273.731-4, 9.273.732-2, 9.273.733-0, 9.273.734-8, 9.273.735-6, 9.273.736-4, 9.273.737-2, 9.273.738-0, 9.273.739-8, 9.273.740-6, 9.273.741-4, 9.273.742-2, 9.273.743-0, 9.273.744-8, 9.273.745-6, 9.273.746-4, 9.273.747-2, 9.273.748-0, 9.273.749-8, 9.273.750-6, 9.273.751-4, 9.273.752-2, 9.273.753-0, 9.273.754-8, 9.273.755-6, 9.273.756-4, 9.273.757-2, 9.273.758-0, 9.273.759-8, 9.273.760-6, 9.273.761-4, 9.273.762-2, 9.273.763-0, 9.273.764-8, 9.273.765-6, 9.273.766-4, 9.273.767-2, 9.273.768-0, 9.273.769-8, 9.273.770-6, 9.273.771-4, 9.273.772-2, 9.273.773-0, 9.273.774-8, 9.273.775-6, 9.273.776-4, 9.273.777-2, 9.273.778-0, 9.273.779-8, 9.273.780-6, 9.273.781-4, 9.273.782-2, 9.273.783-0, 9.273.784-8, 9.273.785-6, 9.273.786-4, 9.273.787-2, 9.273.788-0, 9.273.789-8, 9.273.790-6, 9.273.791-4, 9.273.792-2, 9.273.793-0, 9.273.794-8, 9.273.795-6, 9.273.796-4, 9.273.797-2, 9.273.798-0, 9.273.799-8, 9.273.800-6, 9.273.801-4, 9.273.802-2, 9.273.803-0, 9.273.804-8, 9.273.805-6, 9.273.806-4, 9.273.807-2, 9.273.808-0, 9.273.809-8, 9.273.810-6, 9.273.811-4, 9.273.812-2, 9.273.813-0, 9.273.814-8, 9.273.815-6, 9.273.816-4, 9.273.817-2, 9.273.818-0, 9.273.819-8, 9.273.820-6, 9.273.821-4, 9.273.822-2, 9.273.823-0, 9.273.824-8, 9.273.825-6, 9.273.826-4, 9.273.827-2, 9.273.828-0, 9.273.829-8, 9.273.830-6, 9.273.831-4, 9.273.832-2, 9.273.833-0, 9.273.834-8, 9.273.835-6, 9.273.836-4, 9.273.837-2, 9.273.838-0, 9.273.839-8, 9.273.840-6, 9.273.841-4, 9.273.842-2, 9.273.843-0, 9.273.844-8, 9.273.845-6, 9.273.846-4, 9.273.847-2, 9.273.848-0, 9.273.849-8, 9.273.850-6, 9.273.851-4, 9.273.852-2, 9.273.853-0, 9.273.854-8, 9.273.855-6, 9.273.856-4, 9.273.857-2, 9.273.858-0, 9.273.859-8, 9.273.860-6, 9.273.861-4, 9.273.862-2, 9.273.863-0, 9.273.864-8, 9.273.865-6, 9.273.866-4, 9.273.867-2, 9.273.868-0, 9.273.869-8, 9.273.870-6, 9.273.871-4, 9.273.872-2, 9.273.873-0, 9.273.874-8, 9.273.875-6, 9.273.876-4, 9.273.877-2, 9.273.878-0, 9.273.879-8, 9.273.880-6, 9.273.881-4, 9.273.882-2, 9.273.883-0, 9.273.884-8, 9.273.885-6, 9.273.886-4, 9.273.887-2, 9.273.888-0, 9.273.889-8, 9.273.890-6, 9.273.891-4, 9.273.892-2, 9.273.893-0, 9.273.894-8, 9.273.895-6, 9.273.896-4, 9.273.897-2, 9.273.898-0, 9.273.899-8, 9.273.900-6, 9.273.901-4, 9.273.902-2, 9.273.903-0, 9.273.904-8, 9.273.905-6, 9.273.906-4, 9.273.907-2, 9.273.908-0, 9.273.909-8, 9.273.910-6, 9.273.911-4, 9.273.912-2, 9.273.913-0, 9.273.914-8, 9.273.915-6, 9.273.916-4, 9.273.917-2, 9.273.918-0, 9.273.919-8, 9.273.920-6, 9.273.921-4, 9.273.922-2, 9.273.923-0, 9.273.924-8, 9.273.925-6, 9.273.926-4, 9.273.927-2, 9.273.928-0, 9.273.929-8, 9.273.930-6, 9.273.931-4, 9.273.932-2, 9.273.933-0, 9.273.934-8, 9.273.935-6, 9.273.936-4, 9.273.937-2, 9.273.938-0, 9.273.939-8, 9.273.940-6, 9.273.941-4, 9.273.942-2, 9.273.943-0, 9.273.944-8, 9.273.945-6, 9.273.946-4, 9.273.947-2, 9.273.948-0, 9.273.949-8, 9.273.950-6, 9.273.951-4, 9.273.952-2, 9.273.953-0, 9.273.954-8, 9.273.955-6, 9.273.956-4, 9.273.957-2, 9.273.958-0, 9.273.959-8, 9.273.960-6, 9.273.961-4, 9.273.962-2, 9.273.963-0, 9.273.964-8, 9.273.965-6, 9.273.966-4, 9.273.967-2, 9.273.968-0, 9.273.969-8, 9.273.970-6, 9.273.971-4, 9.273.972-2, 9.273.973-0, 9.273.974-8, 9.273.975-6, 9.273.976-4, 9.273.977-2, 9.273.978-0, 9.273.979-8, 9.273.980-6, 9.273.981-4, 9.273.982-2, 9.273.983-0, 9.273.984-8, 9.273.985-6, 9.273.986-4, 9.273.987-2, 9.273.988-0, 9.273.989-8, 9.273.990-6, 9.273.991-4, 9.273.992-2, 9.273.993-0, 9.273.994-8, 9.273.995-6, 9.273.996-4, 9.273.997-2, 9.273.998-0, 9.273.999-8, 9.273.1000-6.

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO nº 0013 /10

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº9394/96, Parecer nº 14/10 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico favorável da SEMEDI de Paranaguá,

Resolve

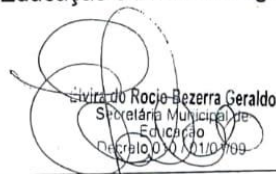
Art.1º - Alterar, a pedido, a denominação da **Escola Rural Municipal Nazira Borges - Ensino Fundamental** situada no Km 19 Alexandra, do Município e Semedi de **Paranaguá**, mantida pela Prefeitura Municipal, para **Escola Municipal do Campo "Nazira Borges - Educação Infantil e Ensino Fundamental -** a partir do início do ano letivo de 2010

§ 1º **A Resolução, n 3678/82 de 30/12/82** autorizou o funcionamento o Estabelecimento de Ensino citado no caput do artigo.

§ 2º A presente Resolução será incorporada a Resolução citada no parágrafo anterior e deverão ser citadas conjuntamente.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 22 de novembro de 2010



Elvira do Rocio Bezerra Geraldo
Secretaria Municipal de
Educação
Decreto 000 11/10 709

Elvira do Rocio Bezerra Geraldo
Secretaria Municipal de Educação e ensino Integral

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



RESOLUÇÃO Nº 048/18

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 02/10, Parecer nº 46/18 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2018, o prazo da autorização para Funcionamento do Ensino Fundamental da **Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada no KM 19 - Alexandra, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

§ 1º Retificar a Resolução nº 049/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 04/11/2011, em seu Art. 1º: onde se lê: a partir do ano letivo de 2011, leia-se: a partir do ano letivo de 2012 e o § 3º: que cita o prazo encerrando a autorização de funcionamento ao final do ano letivo de 2015, para o final do ano letivo de 2016.


§ 2º A autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi concedido pela Resolução nº 930/08 de 16/05/2008.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 17 de julho de 2018.


Vandecy Silva Dutra
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

Prefeitura Municipal de Paranaguá

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/229E6BD6/03A...>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
RESOLUÇÃO Nº 048/2018

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 02/10, Parecer nº 46/18 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2018, o prazo da autorização para Funcionamento do Ensino Fundamental da **Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada no KM 19 - Alexandra, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

§ 1º Retificar a Resolução nº 049/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 04/11/2011, em seu Art. 1º: onde se lê: a partir do ano letivo de 2011, leia-se: a partir do ano letivo de 2012 e o § 3º: que cita o prazo encerrando a autorização de funcionamento ao final do ano letivo de 2015, para o final do ano letivo de 2016.

§ 2º A autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi concedido pela Resolução nº 930/08 de 16/05/2008.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 17 de julho de 2018.

VANDECY SILVA DUTRA

Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017.

Publicado por:

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:229E6BD6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/07/2018. Edição 1550
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



RESOLUÇÃO Nº 049/18

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 01/15, Parecer nº 47/18 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico favorável da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2018, o prazo da autorização de funcionamento da Educação Infantil, da **Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada no KM 19, Alexandra, no Município de Paranaguá, mantido pela Prefeitura de Paranaguá.

§ 1º Retificar a Resolução nº 050/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 04/11/2011, o Art. 1º: onde se lê: a partir do início do ano letivo de 2011; leia-se: a partir do início do ano letivo de 2009 e o § 3º: onde se lê: 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2013; leia-se: 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2011.


§ 2º A Resolução nº 5844/06 de 05/12/2006 autorizou o funcionamento da Educação Infantil no Estabelecimento de Ensino citado no caput do artigo.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 17 de julho de 2018.


Vandecy Silva Dutra
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

Prefeitura Municipal de Paranaguá

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/ES63B059/03A...>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
RESOLUÇÃO Nº 049/2018

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 01/15, Parecer nº 47/18 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico favorável da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2018, o prazo da autorização de funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no KM 19, Alexandra, no Município de Paranaguá, mantido pela Prefeitura de Paranaguá.

§ 1º Retificar a Resolução nº 050/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 04/11/2011, o Art. 1º; onde se lê: a partir do início do ano letivo de 2011; leia-se: a partir do início do ano letivo de 2009 e o § 3º; onde se lê: 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2013; leia-se: 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2011.

§ 2º A Resolução nº 5844/06 de 05/12/2006 autorizou o funcionamento da Educação Infantil no Estabelecimento de Ensino citado no caput do artigo.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 17 de julho de 2018.

VANDECY SILVA DUTRA

Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017.

Publicado por:
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:ES63B059

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/07/2018. Edição 1550

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROCESSO Nº. 11292/2017 G8GK

PARECER COMED/PGUÁ N.º 47/18 APROVADO EM 11/07/2018

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES" -
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL

RELATORA: VIVIAM RÉGIA VALE DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

HISTÓRICO

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o Processo Nº. 11292/2017 G8GK, no dia 17/05/2018, referente a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura de Paranaguá, localizada na Rua Savino Tripodi, s/nº. - Km 19 - Alexandra, a qual requer análise e Parecer deste Conselho.

A Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, passou a integrar o Sistema de Ensino, nos termos da Lei Municipal Nº 69/07 que dispõe sobre o Sistema de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal Nº. 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação da Instituição de Ensino, de acordo com a Portaria Municipal Nº. 170 de 04 de julho de 2013, da SEMEDI, apresentou Laudo Técnico com **Parecer Favorável a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil**, da Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Após a análise do processo, verificou-se que: o Parecer do COMED não possui assinaturas; o Projeto Político Pedagógico e a Vigilância Sanitária estão



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



desatualizadas assim como está ausente o CVE do Corpo de Bombeiros, visto que há solicitação de projeto.

O Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, decidiu conceder **Parecer Favorável com ressalvas**, uma vez que há necessidade de regularização do Ato Legal da Instituição de Ensino e da vida legal dos alunos, orientando a Mantenedora que tome providências com relação às observações. Desta forma, justifica-se o prazo concedido.

Sendo assim, a relatora vota pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, na Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, à faixa etária de 04 a 05 anos, a partir de 2012 a 2017, regularizando o período com datas retroativas, e concedendo mais (01) um ano à Renovação da Autorização de Funcionamento à etapa da Educação Infantil, baseando-se na Lei Complementar Nº 69/07 em seu Art. 4º.

De acordo com os artigos 46 e 47, da Deliberação COMED Nº 01/2015, decide-se pela concessão da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, na Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, por um prazo de 07 (sete) anos, iniciando a partir da publicação do Ato Legal, expedido pela SEMEDI.

A elaboração do processo de Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil deverá ser protocolado 120 dias antes de finalizar o ano de 2018.

Solicita-se à SEMEDI dar ciência ao Departamento da Educação Infantil, para que seja verificado os documentos com assinaturas, oficializando sua legalidade, o Projeto Político Pedagógico e a Vigilância Sanitária, com datas atualizadas, o CVE do Corpo de Bombeiros, referente a solicitação do Projeto.

II – DO MÉRITO

Em face do exposto, vota-se pelo **Parecer Favorável a Renovação de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil**, da Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" - Educação Infantil e Ensino Fundamental, a faixa etária de 04 a 05 anos, com datas retroativas.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Encaminhe-se:

- a) o presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para a expedição do respectivo Ato Legal;
- b) cópia do presente processo à instituição de ensino, para constituir acervo e fonte de informação;
- c) e orientações sobre a obrigação de afixar, em local visível e acessível ao público, cópia dos Atos Oficiais que atestam o Credenciamento da Instituição de Ensino e a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, dando ciência ao Conselho Escolar.

É o Parecer.

III – DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto da Relatora.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 11 de julho de 2018



Josiana Ribeiro VERNIZI
Presidente



Vanilza do Rosário Gonçalves
Vice-Presidente

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

1.2.1- MUDANÇAS NA ESTRUTURA FÍSICA E/OU MUDANÇA DE ENDEREÇO.

A escola foi construída para atender os anseios da comunidade local que esperava por uma escola para acolher os alunos da região. Foi inaugurada em 27/07/1985 com apenas uma sala de aula, cozinha e banheiros.

Após alguns anos, passou por uma ampliação e foram construídas mais duas salas de aula, nova cozinha, refeitório e sala de professores onde foi realizada a inauguração 03/03/2000.

1.3- RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO.

PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	MANHÃ		TARDE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
DAMARIS BATISTA FARYJ	07h30	11h30	13h15	17h15
DEBORA REDERD FRANÇA VIDAL	07h30	11h30	13h15	17h15
ELIAS BORGES RIBEIRO	07h30	11h30	-	-
JERUSA CORDEIRO LISBOA RIBEIRO	-	-	13h15	17h15
MARILI MOREIRA LOPES	07h30	11h30	13h15	17h15
MARLI LOURENÇO CABRAL	07h30	11h30	-	-
PATRÍCIA FERNADES FRANÇA	07h30	11h30	-	-
SIMONE MOREIRA DA SILVA	07h30	11h30	-	-
TATIANE TAVEIRA DOS SANTOS	08h00	12h00	13h00	17h00
VERA LUCIA MENEGHETTI	07h30	11h30	13h15	17h15
SAMUEL LEANDRO	07h00	12h00	14h30	17h30

1.3.1- NÍVEL DE ESCOLARIDADE

1.3.2- CARGOS, FUNÇÕES E VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEL ATUAL NA TABELA



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

DIRETORA				
Damaris Batista Faryj		Pedagogia	- Educação do Campo - Gestão Escolar - Gestão de processos na educação inclusiva (GEPEDI); - Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.	PROFE20N15-1
PEDAGOGA ORIENTADORA EDUCACIONAL/ COORDENADORA				
Tatiane Taveira dos Santos		Pedagogia	Neuropsicopedagogia/ Educação Especial e Inclusiva; Administração/ Orientação Escolar; Direito Educacional	PROPB40N09-1

PROFESSORES	PADRÃO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEL ATUAL NA TABELA

DÉBORA REDERD FRANÇA VIDAL	Padrão	Magistério	Pedagogia	- Educação do Campo; - Capelania e Aconselhamento; - Gestão Escolar.	PROFE20N13-1
DÉBORA REDERD FRANÇA VIDAL	Padrão	Magistério	Pedagogia	- Educação do Campo; - Capelania e Aconselhamento; - Gestão Escolar.	PROFE20N11-1
ELIAS BORGES RIBEIRO	Padrão		Pedagogia	- Autismo; - Educação do Campo; - Educação Especial e Inclusiva; - Educação Especial.	PROFD20N03-1
JERUSA CORDEIRO LISBOA RIBEIRO	Padrão	Magistério	Pedagogia	Educação do Campo; Educação Inclusiva e Especial; Educação Infantil, Especial TGD.	PROFD20N03-1
MARILI MOREIRA LOPES	Padrão	Magistério	Letras	- Educação Ambiental - Gestão de processos na educação inclusiva (GEPEDI); Mestrado Profissional em Educação Inclusiva.	PROFF20N23-1

MARILI MOREIRA LOPES	Padrão	Magistério	Letras	- Educação Ambiental - Gestão de processos na Educação Inclusiva (GEPEDI); - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva.	PROFF20N22-1
MARLI LOURENÇO CABRAL	Padrão	Magistério	Pedagogia		PROFD20N07-1
PATRÍCIA FERNANDES FRANÇA	Padrão		Pedagogia	Educação Especial com Ênfase em Estimulação Precoce	PROFE20N07-1
PATRÍCIA FERNANDES FRANÇA	Padrão		Pedagogia	Educação Especial com Ênfase em Estimulação Precoce	PROFE20N15-1
SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA	Padrão				
SIMONE MOREIRA DA SILVA	Padrão	Magistério			PROFA20N13-1
VERA LUCIA MENEGHETTI	Padrão	Magistério	Pedagogia		PROFE20N17-1
VERA LUCIA MENEGHETTI	Padrão	Magistério	Pedagogia		PROFE20N13-1
ESTAGIÁRIOS		PERÍODO		FORMAÇÃO (CURSANDO)	
FUNCIONARIOS		PERÍODO		FUNÇÃO	FORMAÇÃO
SAMUEL LEANDRO		INTEGRAL		AGENTE OPERACIONAL	5ª SÉRIE

1.4- CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR (DADOS COLETADOS PELO SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR – SERE E POR MEIO DE QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO, CONTEMPLANDO QUESTÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS DA COMUNIDADE ESCOLAR).

A Escola Municipal do Campo “Nazira Borges”, está localizada no Município de Paranaguá, na Rua Savino Tripodi s/n no Km 19 do Distrito de Alexandra no Estado do Paraná, ficando sua localização na área rural distante da zona urbana do Município, aproximadamente 16 Km. Trabalha com alunos que possuem uma realidade social, cultural e econômica bastante distinta.

A maioria de sua população localiza-se na zona rural. A base da economia é a pesca e a atividade agrícola, principalmente o cultivo da mandioca e a agricultura familiar, que na maioria das vezes gera renda para vizinhos e parentes.

Em relação às condições socioeconômicas e culturais podemos afirmar que maioria das famílias é de baixa renda, filhos de trabalhadores da agricultura, assalariados, diaristas e trabalhadores avulsos que em algumas épocas do ano ficam sem serviço, sobrevivendo de serviços informais que não geram uma renda fixa ou a garantia dos direitos trabalhistas como Carteira de Trabalho assinada e a renda familiar chega em torno de até dois salários-mínimos. A maior parte da população não concluiu o ensino médio, devido ao acesso e a distância e também por construir família cedo, assim tendo sua responsabilidade aumentada, são poucos os que possuem a faculdade.

Outro dado que demonstra a renda desta comunidade é o número considerável de famílias atendidas por programas sociais, relatados na ficha de matrícula como: Bolsa Família, Leite das Crianças, dentre outros.

A religião praticada pela maioria da comunidade escolar é a Católica observando-se também grande número de evangélicos.

A comunidade atendida pela nossa realidade escolar está inserida numa realidade social típica da maioria das pequenas cidades. Atende, na sua maioria, alunos moradores da zona rural do município, são pais e alunos comprometidos com o desempenho escolar. Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa normal para cada ano, não temos alunos evadidos, poucos repetentes e alguns casos de dificuldade de aprendizagem. A comunidade possui participação efetiva e afetiva. Dentro de suas possibilidades, um bom número das famílias acompanha a vida escolar de seus filhos sendo participativos e presentes quando são chamados para acompanhamento tanto da parte pedagógica quanto em eventos de acolhimento aos estudantes e familiares.

O bairro possui pavimentação asfáltica, iluminação pública, coleta de lixo e não possui rede de tratamento de esgoto.

É papel de a educação escolar respeitar a diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação.

Respeitando e valorizando por meio do diálogo, o que o aluno já sabe: “Como educador, preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo... não posso de maneira alguma, nas minhas relações políticas - pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo ‘leitura do mundo’ que precede a ‘leitura da palavra’” (Freire, 2000, p. 83).

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e democrático, que estimule a aprendizagem, valorizando a cultura popular, porém, dando as condições necessárias para que o aluno faça a passagem do saber popular para o saber sistematizado, acumulado historicamente.

1.5- CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS.

A escola atende a demanda de alunos com salas de aula. No entanto, é necessário aumentar os espaços para um atendimento de melhor qualidade. Como por exemplo percebe-se a ausência de alguns espaços que são relevantes para uma escola atender as necessidades da comunidade escolar, como uma sala de leitura efetiva com materiais e móveis adequados, uma sala para atendimento de apoio escolar ou sala de atividades diferenciadas. Ressaltamos também que o pátio é muito pequeno e não existe quadra poliesportiva, como também os banheiros não atendem a necessidade dos estudantes e funcionários. Relacionado a materiais a escola possui um material básico, porém antigo, para desenvolvimento das disciplinas e também móveis já comprometidos pelo tempo. Ainda não possui uma sala adequada para professores com a finalidade de planejamento ou reuniões.

1.5.1- DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES.

A estrutura da escola está composta por 03 (três) salas de aula, o mobiliário foi cedido pela mantenedora (Prefeitura Municipal), a sala da educação infantil é dividida com a sala do fundamental, possui espaço externo (não coberto) com parquinho.

Há também uma sala onde funciona a coordenação, orientação e direção, outra sala subdividida entre sala dos professores com computadores para estudo e planejamento, com o espaço de café contendo geladeira, micro-ondas e formo elétrico, possui

uma cozinha onde também é guardado os objetos da cozinha e alimentos, há uma dispensa subdividida entre a área de serviços e almoxarifado, possui 01 (um) banheiro feminino e 01 (um) masculino não adaptado para a educação infantil, sendo estes utilizados por todas as crianças e funcionários. A escola possui um bebedouro, não possui um local adequado para higiene bucal após a alimentação, somente o lavatório dos banheiros e tanque.

Nossa escola não possui secretaria local e o representante fica lotado na Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI)

Nas condições físicas e materiais, o Projeto Político e Pedagógico no que se refere a:

- Espaço adequado: o pátio é pequeno e não é coberto, o espaço utilizado para refeitório é coberto e quando necessário em horários especiais usa-se como espaço para algumas atividades diferenciadas. Não há espaço adequado para as aulas de Educação Física, sendo realizadas no pátio ou campo de futebol em frente à escola, nos dias chuvosos as crianças ficam na própria sala de aula.
- Salas disponíveis, compatíveis com a necessidade mínima de espaço adequado ao trabalho de qualidade. Possui 3 salas de aula, onde uma delas é organizada com mobiliário de educação infantil e de ensino fundamental. Todas as salas com quadro concavo, armários e ares-condicionados.
- Condições de acessibilidade, não atende as exigências da legislação vigente.
Não existe banheiro adaptado nem tampouco rampas no interior da escola.
- Equipamentos e tecnologia educacional, necessários à efetivação do Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NAZIRA BORGES"

A escola possui computadores conectados a internet, projetor multimídia, caixas de som com microfones, todas as salas contém TV 40" polegadas que proporciona a inclusão de planejamentos diferenciados através de atividades para reprodução na sala de aula

- Materiais pedagógicos e de consumo necessários, à efetivação do Projeto Político Pedagógico.

A escola tem jogos pedagógicos, materiais de apoio para realização de atividades lúdicas, e materiais de consumo como papel, caneta, lápis entre outros.

1.6- Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar.

O horário de funcionamento da instituição é das 07:30 às 11:30 no período matutino e das 13:15 às 17:15 no período vespertino.

Com isso, segue-se, de acordo com a Lei Nº. 9394/96, que estabelece a carga horária anual mínima de 800 horas distribuídas por no mínimo de 200 dias letivos. Sendo que, a carga horária semanal de 20 horas para o aluno e 14 horas para o professor em sala de aula, sendo complementada com 6 horas de atividades.

O Recesso Escolar e as Férias deverão ocorrer respeitando o ano letivo de 200 dias, prevendo intervalo em julho e janeiro.

1.6.1- Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.

TURMA	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL
01	Infantil 5	
01		1º ano
01		2º ano
01		3º ano
01		4º ano
01		5º ano

1.6.2- CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS ANUALMENTE.

A escolha de professores e turmas é realizada de acordo com o perfil de cada profissional e logística da escola.

1.6.3- QUANTITATIVO DE CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES POR TURMA.

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS
Infantil 5	Tarde	05
1º ano	Tarde	19
2º ano	Tarde	17

3º ano	Manhã	11
4º ano	Manhã	11
5º ano	Manhã	09
total	Manhã e tarde	72

1.6.4- PROJETOS PRÓPRIOS DAS INSTITUIÇÕES E OFERECIDOS PELA MANTENEDORA

Proposta	Objetivos	Metas	Ações	Cronograma	Espaço	Responsável	Parceria
Minha casa eu cuido	Limpeza dos quintais	Conscientizar a família e a comunidade	Promover ações que ajudem o combate ao mosquito da Dengue	Todo o ano letivo	Na casa dos alunos	Pais	Família e escola
Reciclagem	Demonstrar a importância de reciclar	Conscientizar os alunos, pais e comunidade	Promover trabalhos com produtos reciclados	Todo o ano letivo	Na escola	Alunos, pais e professores	Família e escola
SEFE	Inovar a prática pedagógica	Promover uma nova didática	Aplicar no cotidiano uma nova	Todo o ano letivo	Na escola e	Professores, pais e equipe	Família e escola

	ca		metodologia		em casa		
Projeto Exploração Sexual Infantil	Prevenção	Conscientizar os alunos a família e a comunidade	Promover ações que ajudem a prevenir a exploração sexual infantil	Todo o ano letivo	Na escola	Professora e equipe	Conselho Tutelar, família e escola.
Projeto Erradicação do Trabalho Infantil	Prevenção	Conscientizar os alunos a família e a comunidade	Promover ações que ajudem a prevenir e erradicar a exploração do trabalho infantil	Todo o ano letivo	Na escola	Professora e equipe	Conselho Tutelar, família e escola.

1.6.5- QUADRO DE HORÁRIOS DA EQUIPE DOCENTE E HORA-ATIVIDADE.

TURNO MATUTINO			TURNO VESPERTINO		
TURMA	PROFESSOR	CORREGENTE	TURMA	PROFESSOR	CORREGENTE
3º ano	ELIAS BORGES RIBEIRO	SIMONE MOREIRA DA SILVA	Infantil 5	VERA LUCIA MENEGHETTI	JERUSA CORDEIRO LISBOA

					RIBEIRO
4º ano	MARILI MOREIRA LOPES	SIMONE MOREIRA DA SILVA	1º ano	PATRÍCIA FERNANDES FRANÇA	JERUSA CORDEIRO LISBOA RIBEIRO
5º ano	DÉBORA REDERD FRANÇA VIDAL	SIMONE MOREIRA DA SILVA	2º ano	DÉBORA REDERD FRANÇA VIDAL	JERUSA CORDEIRO LISBOA RIBEIRO
Ed. Física 3º, 4º e 5º ano	VERA LUCIA MENEGHETTI	-	Arte / Ed. Física 1º E 2º ano	MARILI MOREIRA LOPES	-
ARTE 3º, 4º e 5º ano	VERA LUCIA MENEGHETTI	-	Apoio Pedagógico Geovane	SILVANA FERNANDES SOUZA	-
Apoio Pedagógico Daniel	PATRÍCIA FERNANDES FRANÇA	-			
Apoio Pedagógico	MARLI LOURENÇO CABRAL	-			

HORA ATIVIDADE

Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

Art. 2º -§ 2º Os profissionais ocupantes dos cargos de Professor de Anos Iniciais, Professor de Apoio Pedagógico, Educador Infantil, Monitor e Professor Auxiliar (de todas as áreas), com jornada semanal de 40 horas, terão as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função de 6h40min (seis horas e quarenta minutos) por turno.

HORA ATIVIDADE MANHÃ - 4h				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MARILI PATRÍCIA	ELIAS	SIMONE VERA		DÉBORA
HORA ATIVIDADE MANHÃ - 2 HORAS				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
SIMONE + (2h para serviços da APMF)	DÉBORA VERA			ELIAS MARILI

OBS: MARLI SEGUE HORÁRIO DE QUEM ESTIVER SUBSTITUINDO

HORA ATIVIDADE TARDE - 4h				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
MARILI	JERUSA	VERA	SILVANA	DÉBORA
PATRÍCIA				

HORA ATIVIDADE TARDE - 2 HORAS				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
XXX	XXX	PATRÍCIA	JERUSA	MARILI
		DÉBORA	VERA	

Todos os professores do período matutino e vespertino, possuem 6 horas semanais de hora-atividade e 20 minutos diário de intervalo. As professoras que atendem o apoio dos estudantes de inclusão possuem 4 horas atividade semanais e 20 minutos diário de intervalo.

1.6.6- PLANO DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS; EM ÁREAS VERDES E RECREIO DIRIGIDO.

O recreio possui brincadeiras direcionadas após a refeição, pelos professores de plantão, os quais estão de hora atividade das 4 horas ou 2 horas, conforme cronograma e/ou demanda apresentada. As Brincadeiras Dirigidas são atividades de gêneros variados, como: brincadeiras de roda, cantigas e dança, pular corda, jogos de tabuleiro, jogo da memória entre outros, explorando um repertório rico de experiências em grupo, e individual. Paralelo as brincadeiras propostas, trabalham questões corporais, exploram o parquinho no pátio da escola. Essas atividades são instrumentos importantes para que as crianças se relacionem umas com as outras e possam expressar diferentes sentimentos, vivenciem situações de colaboração e respeito. Além de participarem de um momento lúdico, as brincadeiras ajudam a construir o conhecimento, fazendo com que cada criança classifique, ordene, estruture, resolva pequenos problemas e motiva-se a ultrapassar seus limites.

No campo de futebol que fica em frente a Escola acontecem a maioria das aulas de Educação Física, também é realizado encontro literário onde a professora marca uma data para contar histórias para as crianças, pais e todos da comunidade que tiverem interesse em participar.

1.6.7- PLANO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL.

O Plano de Atendimento Emergencial é composto pelo Plano de Ação Rápida, pelo Plano de Abandono Escolar e pelo Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola (PBEDCE). A escola realiza de forma prática e simulada e esta ação acontece 02 vezes ao ano, com todas as pessoas que estiverem na escola.

Plano de Ação Rápida – é o conjunto de procedimentos a serem realizados em momentos em que há necessidade de ação de primeiros socorros. Num ambiente escolar ao se deparar com fatos que precisam de atitude imediata, é necessário estar preparado para o enfrentamento de situações que dependam de um atendimento rápido, proporcionando o bem-estar da comunidade escolar sem que se comprometa o processo ensino e aprendizagem.

Conforme a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, em seu Art. 1º, os profissionais brigadistas podem atender em caso de episódios de acidentes e solicitar auxílio ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Plano de Abandono Escolar – é o conjunto de procedimentos a serem realizados pelas pessoas que ocupam uma edificação, na eventualidade de serem ameaçados por algum risco a vida ou que estejam na eminência de sofrerem algum tipo de acidente. De uma forma geral, é uma ação de evacuação do prédio, que tem por objetivo, minimizar e prevenir o máximo possível a ocorrência de acidentes que possam provocar danos à vida.

Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola (PBEDCE)

O Programa de Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola foi instituído por meio da Lei nº 18.424, de 08 de janeiro de 2015, alterada pela Lei nº 20.863, de 07 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 4.587, de 13 de julho de 2016.

A Escola Municipal do Campo Nazira Borges, possui uma equipe permanente de brigadistas de incêndio, capacitados pela Guarda Civil Municipal de Paranaguá, que agirão com intuito de preservar a vida. A equipe realizará reuniões periódicas visando a uniformidade das ações e traçando um planejamento eficaz para a prevenção de incêndios e minimização de riscos e danos.

1.7- CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024




EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	SEFE		

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO 31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

DIAS LETIVOS	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1° Trimestre	- 08/02 a 17/05 - 66 dias
2° Trimestre	- 20/05 a 30/08 - 61 dias
3° Trimestre	- 02/09 a 18/12 - 74 dias

Denise Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo C. Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGUÁ - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

1.8- CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLAR.

DATA / MÊS	HORÁRIO	PAUTA REUNIÃO	PARTICIPANTES
29/02	10h	Discutir as necessidades e prioridades que surgirem no decorrer do ano.	Membros do Conselho Escolar e da APMF.
24/05	10h	Discutir as necessidades e prioridades que surgirem no decorrer do ano.	Membros do Conselho Escolar e da APMF.
27/09	15h	Discutir as necessidades e prioridades que surgirem no decorrer do ano.	Membros do Conselho Escolar e da APMF.
13/12	15h	Discutir as necessidades e prioridades que surgirem no decorrer do ano.	Membros do Conselho Escolar e da APMF.

As reuniões serão realizadas de forma presencial ou on line, conforme disponibilidade dos membros.

1.9- CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

DATA / MÊS	HORÁRIO	PARTICIPANTES
10/05	10h	Membros do Conselho Escolar, APMF e fixado em mural para a comunidade escolar.
12/08	10h	Membros do Conselho Escolar, APMF e fixado em mural para a comunidade escolar.
12/12	10h	Membros do Conselho Escolar, APMF e fixado em mural para a comunidade escolar.

2- CONCEPÇÕES

2.1- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

O Projeto Político e Pedagógico estabelecerá as concepções a partir das quais as ações da instituição de Ensino serão desenvolvidas:

2.1.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vivemos hoje em uma sociedade capitalista, diferenciada basicamente pelo poder aquisitivo e, em consequência, marcada pela desigualdade no usufruto dos

bens culturais e materiais. Essas desigualdades geram diferentes e conflituosas relações, interesses e forma de participação nas atividades que caracterizam a realidade humana. De acordo com Saviani (1995), uma sociedade só se perpetua, enquanto sistema, ao garantir: a reprodução das relações de produção, a exploração econômica e a dominação cultural. Sob esta perspectiva é que se constrói o papel da educação e da escola. A forma como é abordada a realidade pela escola é o que pode fazer a diferença no progresso e transformação da sociedade. Ao pensar uma educação de qualidade é imprescindível que a escola tenha uma prática educativa que atenda às necessidades, sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira levando em consideração, os interesses e talentos de nossos estudantes dando todo o suporte para que venham a se tornar cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar de forma digna e responsável na sociedade da qual fazem parte. Assim no ambiente escolar os conhecimentos de transformam, num processo contínuo de trocas de conhecimentos entre o que o estudante traz para escola e o que ele aprende na escola de forma que os saberes ganham sentido e interferem diretamente nos fatores, políticos, sociais, culturais e psicológicos. É neste universo que o estudante vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado para dialogar de maneira competente, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do país. Desta forma, a atuação dos profissionais da educação é abraçar, com seriedade e responsabilidade, a opção profissional que fizeram. O conceito central que Paulo Freire defendeu sobre educação é de que ela é “um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (FREIRE, 1987). Diante desse fato, é imprescindível tomarmos consciência do papel que o homem exerce sobre o meio em que vive, para que, através da práxis, façamos uma reflexão sobre nossa realidade e, refletindo sobre ela, possamos transformá-la. Portanto, é necessário tratar a produção pedagógica como prática dos homens, em que o conteúdo pedagógico é determinado pelo conteúdo social e vice-versa. Para isso, devemos encontrar métodos adequados

para a produção de conhecimento do contexto no qual estamos inseridos, e este conhecimento não pode resultar de uma visão ingênua.

- Criança

A criança conhece da mesma forma que o adulto, ou seja, a ação exterior ou inteiramente interior, provocada pela necessidade, mesmo elementar, evoca o aprendizado. A percepção de um mesmo objeto evoca diferentes perguntas em uma criança, incapaz de classificar e em outra com mais idade, que pense de forma mais ampla e mais sistemática. (PIAGET, 1995: 14).

A criança é um ser com características próprias, portanto não é um adulto em miniatura. Não é apenas uma simples preparação para a vida e sim uma fase. A criança possui sentimentos, desejos e ideias próprias, diferentes dos adultos. A educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade.

- Infância

É importante analisar as diferentes mudanças e destacar que a visão que se tem da criança hoje é algo que foi historicamente construída ao longo dos anos. É necessário enxergar e assumir as suas especificidades e rever quais as responsabilidades da sociedade e o real papel do Estado perante as crianças pequenas.

Para Piaget, existem dois conceitos principais, acomodação e assimilação. A acomodação é o processo de tirar novas informações no ambiente e alterar informações pré-existentes para se encaixar nas novas informações. Isso é importante porque estabelece como as pessoas vão adotar novos conceitos, esquemas, conhecimento, etc. Já a assimilação, por outro lado, é como os seres humanos percebem e se adaptam a novas informações. É quando nos deparamos com novas informações, mas olhamos as informações antigas que armazenamos para interpretar a nova.

Ambos os conceitos que Piaget disse eram essenciais e não podiam existir sem o outro. Para assimilar um objeto em um esquema mental existente, primeiro é preciso levar em consideração ou acomodar as particularidades desse objeto até certo ponto.

- Educação Infantil.

Na atualidade, as crianças convivem com a tecnologia e meios de comunicação onde já fazem parte de sua educação. Uma criança de 3 anos ou até menos já é capaz desligar e conhecer as funções de um aparelho celular. Por isso, existe uma nova visão da educação infantil, onde durante o processo, surge uma nova concepção de criança, diferente da tradicional. Essas mudanças originam-se de novas exigências sociais e econômicas conferindo a criança um papel de investimento futuro.

- Ensino Fundamental

O ensino fundamental é o nome dado a uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as pessoas com idade entre 6 e 14 anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: da família ou responsáveis, pela matrícula das crianças; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade. Regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, sua origem remonta ao *Ensino de Primeiro Grau*, que promoveu a fusão dos antigos curso primário (com quatro a cinco anos de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário. A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, transformado na Lei Ordinária 11274/2006.

2.1.2- DIREITOS HUMANOS

Concebemos cidadania por ações coletivas que busquem favorecer a aquisição do conhecimento pelo povo, para que de posse do conhecimento científico e de informações sobre seus direitos e deveres, os homens tenham a consciência modificada de modo que possam fazer valer seus direitos.

É necessária a tomada e consciência do papel da educação e as mudanças postas às escolas, enquanto instituição que trabalha com a educação formal, na construção da cidadania.

Construir a cidadania, buscando formar um cidadão autônomo capaz de refletir sobre sua realidade e nela interferir, é o nosso grande desafio. Paulo Freire estabelece a relação entre libertação e humanização:

Segundo Paulo Freire, “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mistificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo, para transformá-lo”.

- Cultura e Diversidade

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às questões mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc.

É papel de a educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação.

Respeitando e valorizando por meio do diálogo, o que o aluno já sabe: “Como educador, preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo ‘leitura do mundo’ que precede a ‘leitura da palavra’” (Freire, 2000, p. 83).

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e democrático, que estimule a aprendizagem, valorizando a cultura popular, porém, dando as condições necessárias para que o aluno faça a passagem do saber popular para o saber sistematizado, acumulado historicamente.

- Identidade e Diferença (Autonomia)

Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela.

A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática. Pensar no processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância.

2.1.3- POLÍTICAS DE INCLUSÃO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 13146/15), no capítulo IV, do direito à Educação, o inciso IX determina "adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado". Esta lei foi um grande avanço em nosso país, mesmo que atualmente já seja necessário outros ajustes. A LBI propiciou às Pessoas com Deficiência (PcD) um universo mais humano, democrático e acolhedor, assim, os efeitos, reconhecemos inclusive dentro da sala de aula. A Lei incentivou muitos professores, seja de escolas do campo ou das grandes cidades, a repensar suas práticas, pois o número de estudantes com deficiência aumentou significativamente.

Em nossa instituição algumas barreiras atitudinais ainda impedem o alcance de resultados totalmente profícuos. Conforme o educador Paulo Freire, "a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades". Sendo assim, além da inclusão, é relevante uma mudança não somente nas práticas educativas, mas de perspectivas em relação às pessoas com deficiência, que, portanto, várias oportunidades sejam ofertadas para desenvolver seu potencial. Ainda não possuímos acessibilidade como rampas de acesso, banheiro para pessoas com mobilidade reduzida, portas adequadas, entre outros espaços que garantam um atendimento inclusivo adequado.

Relacionado a formação docente específica para inclusão ainda não é ofertado pela Secretaria Municipal de Educação para todos os docentes, alcançando e apenas, em algumas vezes, o professor de apoio ou regente, que naquele ano

atenda o aluno de inclusão. Em nossa instituição de ensino temos dois estudantes com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista), sendo um estudante no 4º ano e um no 2º ano, ambos com acompanhamento de professor de apoio. Outros casos suspeitos encontram-se em investigação. O procedimento inicial é solicitar ao professor regente, um relatório sobre sua suspeita, de acordo com formulário próprio. Na sequência é realizada a convocação da família com a finalidade de comunicação sobre o encaminhamento do estudante e após o direcionamento do relatório a Professora do AEE da Escola Tiradentes que atende as escolas de nossa localidade.

Também a questão da inclusão social na instituição de ensino deve ser um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção étnica, de classe de gênero ou características pessoais, ou de grupos, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita, como desejada.

O espaço escolar deve ser acolhedor para todos, no qual, o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo e valorize as diferenças humanas, através do respeito às diferentes culturas, políticas, etnias, credos, deficiências físicas e mentais com práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes.

As crianças da educação especial precisam de formas alternativas de avaliação a fim de que suas habilidades e competências sejam valorizadas.

2.2- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante o processo de construção do conhecimento as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses sobre aquilo que procuram desvendar.

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

2.2.2- CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA: Precisamos conceber a infância como parte da vida e não como preparação para ela. Pensar numa educação de qualidade que permita o conhecimento construído e não transmitido, que se traduz em aprendizagem e não em instrução. Não é possível se referir a infância como única, mas a uma pluralidade de experiências de infâncias. O desenvolvimento não ocorre de maneira uniforme, ele não depende apenas das características físicas e ambientais, nem de etnias, crenças e status social da família das crianças. Depende sobretudo, da aprendizagem, que, por sua vez, é fortemente marcada pelas experiências culturais a que as crianças são expostas desde o momento do nascimento. Desenvolvimento e Aprendizagem são processos complementares que se alimentam mutuamente: desenvolvimento indica possibilidade humana e aprendizagem põe em movimento o processo de desenvolvimento, alimentando continuamente as transformações dos saberes antigos em novos. A proposta pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil de Paranaguá está apoiada em uma concepção que acredita no diálogo entre o desenvolvimento humano e aprendizagem das crianças. Tem como intenção, através das interações, ampliar os horizontes, proporcionar momentos significativos, promover atividades que envolvam e ampliem horizontes de todos os envolvidos, os remetendo às novas experiências.

Considerando esta concepção de criança e infância a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem este educando ao seu desenvolvimento potencial, sendo desta maneira mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa. Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Nossa Escola preza por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nós podemos disseminar. “É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que,

embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (Freire, 2000, p. 25).

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: “ensinar exige comprometimento”.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA: É sujeito histórico e social que possui desejos, interesses, ideias, opiniões, capacidade de decidir, criar e se manifestar. Paulo Freire nos ajuda a pensar o ser humano e, evidentemente, as crianças, como seres históricos e produtores de cultura, “(...) seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem” (FREIRE, 2000, p.40). As crianças pensam de maneira sincrética, exprimindo as cores dos afetos, da imaginação, das lembranças e de tantas relações que são capazes de fazer. O sincretismo do pensamento infantil se assemelha às metáforas quando a criança está inserida em ambientes enriquecedores, instigantes e cheios de espaço para aprender, a criança segue avançando. O pensamento, a princípio sincrético, vai se estruturando a cada nova ideia elaborada, a cada experiência, na interação com discursos diversos que nutrem as crianças de ferramentas linguísticas para a elaboração de modos de pensamentos cada vez mais complexos. Como sujeito implicado com a sua própria aprendizagem, as crianças não recebem prontas as informações que lhes são apresentadas: elas se apoiam nos recursos de que dispõem no momento para perguntar, levantar hipóteses, buscar soluções inteligentes para atribuir significados a objetos, relações e fenômenos que as cercam. Para aprender não é preciso pré-requisito, não é preciso conhecer o simples para chegar ao complexo, nem dominar o pequeno para alcançar o grande. A criança parte de onde está, relacionando seus conhecimentos prévios e construindo ideias que se relacionam de alguma forma com os conceitos construídos pelos homens em relação ao ambiente, no campo de linguagens, no universo das ideias.

2.2.3- ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR.

No Ensino Fundamental, acolher significa também *cuidar e educar*, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante amplie interesses e sensibilidades que lhe deixem desfrutar dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens.

A BNCC aponta a articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil de modo a facilitar a sistematização dessas experiências levando em conta os conteúdos curriculares do Ensino Fundamental.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BNCC, 2018, p.58)

A BNCC legitima e fortalece esse conceito de que as ações de cuidado estão seguramente integradas com as ações de conhecer e investigar o mundo, gerando campo adequado para a estruturação dos conhecimentos, que ocorre na etapa posterior do Ensino Fundamental.

2.2.4- CONCEPÇÃO DE JOVEM, ADULTO E IDOSO (EJA).

A escola não contempla essa modalidade de ensino.

2.2.5- TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

A transição para o Ensino Fundamental requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Assim sendo, de acordo com a “INSTRUÇÃO N.º 10/2022 – SEMEDI, trata dos Procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. A transição entre as etapas da educação básica – educação infantil e ensino fundamental – deve assegurar ações de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam às crianças/estudantes um percurso de avanço contínuo de aprendizagem com qualidade.”

Para isso, as informações contidas em parecer e portfólios, ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança do Ensino Fundamental. Conversas, visitas e troca de materiais entre os profissionais dos CMEIs e Escolas também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a serem explorados em todo o segmento da Educação Infantil e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao mesmo.

Em relação à transição entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental verificamos uma acentuada dicotomia. Por um lado, a educação infantil, historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, e de outro choca-se frontalmente com a primeira série do ensino fundamental que se

encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na educação infantil passa ser o estudante aprendiz por natureza no ensino fundamental.

A falta de articulação entre as classes do pré-escolar em educação infantil e o primeiro ano do ensino fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente porque elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional.

As tentativas de articulação entre os dois níveis de ensino apontam para uma abordagem central de padronizar o desempenho das crianças ao seu sucesso escolar ou o Infantil 5, a serviço da escolarização. Para que aconteça essa inserção nessa escolaridade, torna-se prioritário a existência de um projeto educacional, que possibilite a criança o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, motora ou sensorial a fim de que lhes serão úteis no seu desenvolvimento acadêmico futuro.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade.

A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

2.2.6- TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O processo de transição de alunos do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental deve acontecer por meio de ações e estratégias integradas entre Estado e Município.

Conforme o Art. 18, §2º das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica afirma que *a transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que*

assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2010)

A Secretaria Municipal de Educação deve articular o desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a transição entre as fases do Ensino Fundamental.

Os profissionais da escola, juntamente com a equipe pedagógica e os professores do 5º ano devem passar por momentos de discussão sobre as especificidades do processo de transição dos estudantes, bem como inserção de ações que visem a preparar os estudantes para o processo de transição:

- Uma ação muito importante é o treino da hora/aula durante uma semana no mês de outubro com o intuito de auxiliar na compreensão do novo horário que terão nos anos seguintes de estudos.
- Em novembro deve ser promovido o momento de Vivência na Escola Estadual do Campo "Alexandra", onde os alunos têm a oportunidade de conhecer o cotidiano da turma de 6º ano do Ensino Fundamental.
- Momento de certificação a fim de reconhecer a conclusão da Etapa Fundamental I, apresentando aptidão para cursar o 6º ano do Ensino Fundamental II.

A Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" fará o cumprimento dos protocolos de encaminhamento de relatórios escolar do estudante, a fim de que as escolas da rede estadual possam dar continuidade aos atendimentos e encaminhamentos realizados pelas escolas da rede municipal de educação.

Este projeto tem por objetivo amenizar a transição do 5º ano do Ensino Fundamental I para o 6º ano do ensino fundamental II a se adequarem promovendo atividades de adaptação e possibilitando avanços na aprendizagem, conhecendo a futura escola que irão frequentar, a equipe de professores, tempo de cada aula, disciplinas novas, colegas novos, contribuindo para as relações interpessoais e o próprio desenvolvimento pessoal. Além de possibilitar ao professor um maior conhecimento sobre o aluno e adequar as propostas de ensino às necessidades de aprendizagem da turma. O processo de transição é um desafio e exige muita responsabilidade tanto do aluno quanto da equipe pedagógica escolar. Por isso, é fundamental criar um vínculo antecipadamente com a nova escola e os novos

professores para que assim se diminua a ansiedade, insegurança e o medo da mudança. Ao longo de toda uma vida, as mudanças não são poucas. Por envolver essa série de mudanças na estrutura curricular, no perfil dos professores e com os próprios alunos o projeto deve ser trabalhado de forma gradativa para amenizar esse impacto, e, em conjunto com diálogo entre pais, filhos e professores.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI

Orienta procedimentos para transição entre as etapas:
Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

Considerando o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações;

Considerando o que estabelece a terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações;

Considerando o que estabelece a Lei nº 10.172/2001, que instituiu o PNE (Plano Nacional de Educação), de acordo com a META 2;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, no § 2º do art. 18, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Considerando o que estabelece com a promulgação da Lei 11.274, em 06 de fevereiro de 2006, que alterou a redação dos Art. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96;

Considerando a resolução CNE/CEB nº 7/10, de 4 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

Considerando a orientação n.º 001/2021 – DEDUC/SEED.

INSTRUI:

Art. 1º As instituições da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá a delinear estratégias à continuidade da trajetória da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e desta, para o Ensino Fundamental II, necessárias para facilitar o percurso escolar da criança/estudante, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal da Educação e Ensino Integral – SEMEDI, para sua execução.

Art. 2º Cabe aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, assegurar práticas, vivências e experiências significativas durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança/estudante, em toda as etapas de ensino ofertadas, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, resignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição:

- I - fotografias;
- II - vídeos;
- III - Parecer Descritivo/Boletim Escolar;
- IV - relatos dos pais ou responsáveis legais;
- V - relatórios dos profissionais da educação;
- VI - visitas nas instituições.

§1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica das instituições de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil no Departamento de Estruturação e Funcionamento das Unidades de Ensino da SEMEDI, conforme cronograma estabelecido.

§ 2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição de ensino.

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Art. 4º Cabe à SEMEDI, através dos Departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental:

§1º Incluir nos processos de formação a temática da transição entre as etapas de ensino.

§2º Realizar, ao longo do ano, reuniões técnicas para o acompanhamento das ações realizadas na transição da Fase I para a Fase II do Ensino Fundamental, com representantes das equipes pedagógicas das duas redes de ensino (municipal e estadual).

§3º Orientar a equipe gestora a realizar trocas de experiência entre os profissionais responsáveis pelas crianças/estudantes das etapas de ensino em processo de transição.

§4º Viabilizar às instituições de ensino os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil.

Art.5º Cabe às equipes gestoras:

§1º Disponibilizar um período de adaptação para o acolhimento das crianças/estudantes, assim como a escuta dos pais e/ou responsáveis e suas expectativas em relação ao atendimento nas instituições da Rede Municipal de Ensino.

§2º Valorizar as vivências das crianças/estudantes e seus familiares, orientando sobre as práticas pedagógicas.

§3º Viabilizar aos docentes os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil.

§4º Vincular esforços para organização e elaboração de ações e estratégias pedagógicas para o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e das turmas do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental II.

§5º Propor momentos de interação, a fim de que os estudantes do 5º e 6º ano se habituem gradativamente à etapa posterior.

Art. 6º Cabe aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino:

§1º Promover momentos de visitas dos estudantes nas futuras instituições mais próximas, para que conheçam o novo ambiente, assim como os docentes, a organização e o funcionamento da nova instituição de ensino.

§2º Manter a escuta ativa das crianças/estudantes respeitando o seu processo de aprendizagem, assim como acolhimento dos familiares.

§3º Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais e/ou responsáveis, visando minimizar o impacto na transição.

Art. 7º A SEMEDI, a qualquer momento, poderá expedir Instruções Normativas Complementares para garantir a efetividade desta transição.

Art. 8º Os casos omissos referentes a esta Instrução Normativa serão acompanhados e resolvidos pela SEMEDI.

Art. 9º A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 18 de outubro de 2023

TENILE CIBELE DO ROCIO XAVIER

Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Portaria nº 1938/2020

Publicado por:
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:007A8FF1

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19/10/2023. Edição 2881

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

2.2.7- EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EDUCAÇÃO ESPECIAL ENQUANTO MODALIDADE DE ENSINO TRANSVERSAL, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ATENDIMENTO DOMICILIAR).

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Complementa ainda que:

Art.2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

É de suma importância que a Secretaria Municipal de Educação apoie instituição de ensino efetive o cumprimento desta lei, a fim de que sejam oportunizado a aprendizagem a todos os estudantes que pertencem a comunidade escolar.

Todavia, confirma Hilbirg (2021) que:

[...]

É preciso haver maior atenção e incentivo principalmente, na oferta de oportunidades de qualificação e busca de novos conhecimentos aos profissionais que atuam na escola. Os professores precisam de meios e recursos disponíveis para pôr em prática os conhecimentos que adquirem e o poder público deve ser o responsável em promover a formação continuada de seus professores e oferecer condições materiais suficientes para o seu trabalho. (HILBIRG,2021).

Não basta, apenas, exigir o cumprimento da lei, é necessário dar condições para que esta lei seja cumprida.

- Do ponto de vista da educação inclusiva, a educação especial enquanto modalidade de ensino transversal, tem a atribuição de conceder instrumentos para realização atividades de acessibilidade.

Os temas transversais apresentam o propósito de desenvolver aptidão dentro de atividades cognitivas e socioemocionais que possibilitem a desenvoltura das demandas do cotidiano, da cidadania e da vida profissional.

Segundo a BNCC, os temas contemporâneos estão divididos em seis grupos, sendo:

- Saúde: Educação Alimentar, Educação Nutricional e Saúde;
- Economia: Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal;
- Meio ambiente: Educação Ambiental e para o Consumo;
- Multiculturalismo: Diversidade Cultural e Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras;
- Cidadania e civismo: Direito da Criança e do Adolescente, Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em Direitos Humanos e Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; e
- Ciência e tecnologia.

Relacionado ao atendimento educacional especializado o objetivo é complementar a formação dos estudantes com Deficiência e passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais destes alunos com deficiência. Na Escola Nazira Borges não há atendimento educacional especializado. As demandas em que os alunos apresentam necessidade, mediante o encaminhamento dos professores regentes de turma, são direcionados a sala de AEE da Escola Municipal Tiradentes conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação.

O atendimento domiciliar,

De acordo com a Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, diz:

"Art. 4º- A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa."

Este atendimento educacional domiciliar ou hospitalar será ofertado ao estudante das instituições públicas, mediante atestado médico, que comprove a inviabilidade de frequentar as aulas por enfermidade, fratura ou conforme o CID declarado pelo médico.

Conforme deliberação COMED/PGUÁ Nº 01/19 aprovado em 04/09/2019 na seção III Art. 48 O atendimento Pedagógico Domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos educandos matriculados na Educação Básica, em

seus diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para as adaptações / flexibilizações curriculares que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde. Parágrafo Único – O atendimento pedagógico deverá ser efetivado por um professor itinerante e flexibilizando, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos.

2.2.8- EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.

De acordo com a lei 10.639/2003, que diz: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. E a Lei nº 11.645, que modificada pela Lei nº 10.639, determina incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. É importante salientar que a Legislação garante estes direitos e o papel da escola nesse contexto deve ser de que assim ocorra dentro da instituição, considerando que é um local acessível a todos que contribui na formação dos cidadãos. Nessa perspectiva o ambiente escolar deve proporcionar discussões, debates e reflexões. Destacamos o quanto importante é para a sociedade este assunto e principalmente se envolver na mudança das barreiras atitudinais que impedem os pequenos e grandes avanços da inclusão. Urge em nossas Instituições de Ensino que através destas determinações o direito de que a aprendizagem seja alcançada por todos, de diversas maneiras, tenha efetividade. Em nossa instituição com destaque nas disciplinas de História, Geografia e Ciências, bem como nas demais disciplinas, os docentes realizam atividades dentro de sala de aula sobre o tema, com debate sobre o assunto e através de exposição de textos e cartazes elaborados pelos alunos.

Com base nas leis que regem a educação propõem que as intervenções sejam feitas conforme a história nacional no diz com a chegada dos portugueses ao Brasil, portanto faz uma reflexão de convivência de como gerou os bullyings, entres os portugueses e os indígenas. Esclarecendo da importância de cada raça que interferiu na construção do país. Outra intervenção na chega dos africanos também teve sua importância na história do país, e finalizando que nos dias atuais de acordo

com a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, analisando o comportamental que não resulte em ato criminoso ou vexatório.

Próxima fase: diz a respeito feito dos argumentos entre os alunos, em criar antirracismo dentro da instituição com projeto e fazendo intercambio de outras salas na interação dos mesmos.

Próxima fase projetos já estipulados pela rede municipal, com calendário escolar já proporcionado em datas específicas.

Já no ano letivo, sempre dialogar com os educandos, fazendo roda de conversa, mostrando vídeo, práticas de jogos e leitura de livros.

2.2.9- CONCEPÇÃO DO ENSINO INTEGRAL

A escola não contempla esta modalidade.

2.2.10- AÇÕES DE MONITORAMENTO PARA A BUSCA ATIVA DAS CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES INFREQUENTES.

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia muito útil para ajudar a garantir os direitos de todas as crianças, em especial o direito à educação. Mas só é efetiva com o envolvimento de todas as políticas públicas (educação, saúde, assistência social, entre outras) e com a participação e o engajamento ativo da sociedade. Na escola Nazira Borges o professor verificando 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas durante o mês, comunica a equipe que imediatamente tenta o contato telefônico ou através de mensagem por se tratar de uma área descoberta de sinal das operadoras, conversas presenciais também são realizadas para orientação, assinatura de termo de compromisso com a frequência escolar e registros em ata, em casos de reincidências é enviado relatório comunicando o Conselho tutelar com cópia a SEMEDI e utiliza a Plataforma da Busca Ativa Escolar SERP.

2.2.11- INSTRUMENTOS DE REGISTROS DE PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO ESCOLAR

A escola utiliza da Plataforma do Sistema Educacional da Rede de Proteção SERP, onde permite armazenar todas as informações geradas e a organizar o fluxo das ações da estratégia, garantindo agilidade e melhorando a comunicação entre órgãos e profissionais que a utilizam. Assim como encaminhamento de relatório para o Conselho tutelar com cópia para a SEMEDI.

2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão democrática coloca em prática o espírito da Lei, por destacar a forma democrática com que a gestão dos sistemas e da escola deve ser desenvolvida. É um objetivo porque trata de uma meta a ser sempre aprimorada e é um percurso, porque se revela como um processo que, a cada dia, se avalia e se reorganiza. A democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação em nosso país. É necessário ter em mente que a democratização da gestão educacional não ocorrerá sem uma compreensão mais ampla da função política e social da escola, locus privilegiado da educação sistematizada, e da sua importância no processo de transformação da sociedade, à medida que ela se compromete com a função de "preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos" (RODRIGUES, 1987, p. 43).

2.3.2- INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA (ASSEMBLEIA ESCOLAR, CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS APMF, REPRESENTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS: CONSELHOS, FÓRUMS, REUNIÕES, COMISSÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E CONSULTA PÚBLICA PARA DIRETORES.

O princípio de gestão democrática norteará o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, que esclarecerá seus instrumentos:

Conselho Escolar

Formado por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola. As famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. É uma boa maneira de acompanhar e auxiliar o trabalho dos gestores escolares. Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores. Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas.

- Associação de Pais e Profissionais da Educação

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" tem como finalidade:

- Incentivar a integração da Família dos alunos à escola, aprimorar o nível sociocultural da comunidade,
- Dar oportunidade a comunidade a participação no trabalho e na busca pela solução de problemas da escola,
- Estabelecer e garantir o bem dos alunos e dos demais profissionais da referida instituição de ensino.

Função da APMF e Conselho Escolar

A APMF tem como função discutir ações que possam contribuir para a qualidade do ensino e integrar família, escola e comunidade, viabilizando a participação de todos na gestão da escola pública; colaborar com a manutenção e a conservação das instalações da escola, bem como conscientizar quanto as atitudes de preservação; realizar projetos envolvendo toda a comunidade, de forma a contribuir para o maior aproveitamento escolar do estudante. É importante ressaltar ainda que as ações da APMF devem estar em sintonia com a Proposta Pedagógica da escola e com a realidade e interesses da comunidade escolar.

O Conselho Escolar é a instância máxima da escola. Ele é formado por segmentos, ou seja, representantes de pais ou responsável, estudantes, professores, funcionários e movimentos sociais comprometidos com a educação. Seu objetivo é auxiliar na gestão escolar a partir da discussão de temas que direcionam as ações do estabelecimento de ensino. É essencial a participação de todos os segmentos no Conselho Escolar. Essa participação é o que tornará democrática a gestão da escola pública.

Diretoria APMF

Presidente: Simone Moreira da Silva

Vice - presidente: Amanda Patricia Melo da Silva

Tesoureiro: Jerusa Cordeiro Lisboa Ribeiro

Vice tesoureira: Marli Theodoro Lourenço

Secretária: Patricia Fernandes França

Vice - secretária: Verediane Fernandes Faryj

Diretoria Conselho Escolar

Representantes da Presidência:

Titular: Damaris Batista Faryj

Vice-Presidente: Marili Moreira Lopes

Representantes dos pais de alunos ou responsáveis:

Titular: Sonia Regina Bubola de Oliveira

Suplente: Franciane Pinto Alves Constantino

Representantes dos Movimentos Sociais organizados da Comunidade:

Titular: Tatiane Taveira dos Santos

Suplente: Jerusa Cordeiro Lisboa Ribeiro

Representantes da APMF:

Titular: Simone Moreira da Silva

Suplente: Patrícia Fernandes França

Representantes dos Trabalhadores Docentes:

Titular: Marili Moreira Lopes

Suplente: Elias Borges Ribeiro

Representantes dos Trabalhadores não Docentes:

Titular: Samuel Leandro

- Consulta Pública para Gestor Escolar

Na Escola "Nazira Borges" a realização da escolha de gestores escolares é através da Consulta Pública e indicação do Prefeito em exercício, que pode ser realizada pelo voto direto, representativo, uni nominal ou por escolhas através de listas tríplices ou plurinominal.

A execução desse mecanismo possibilita o exercício de gestão democrática porque favorece o desenvolvimento da prática do diálogo na escola entre os diversos segmentos que a constituem e a comunidade local, caracterizando em maior distribuição de poder dentro e fora da escola, bem como o alcance do equilíbrio entre a competência técnico-acadêmica e a sensibilidade política necessária ao diretor para o exercício do cargo.

Ao assumir o cargo com respaldo da comunidade escolar, o gestor ganha legitimidade para exercer esse papel de liderança. Ao mesmo tempo, contribui para que ele estabeleça uma relação de compromisso e parceria com aqueles que o elegeram.

O princípio da gestão democrática que fundamenta a eleição de diretores deve fazer parte do dia a dia do gestor. O próprio plano estabelece nesta meta várias estratégias que buscam trazer para o cotidiano da escola – e não apenas no momento de escolha do diretor – práticas que induzam a uma gestão democrática.

Ela se concretiza na adoção de processos de tomadas de decisão coletivas, na construção participativa do projeto político-pedagógico e na instalação de instâncias de participação dos atores escolares, como fóruns, associações de pais e mestres, conselhos escolares e grêmios estudantis.

2.3.3- EIXO DE GESTÃO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, DOS RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.

A gestão de resolução de conflitos vai muito além de uma simples mediação de discussões entre colaboradores, na verdade, é um trabalho contínuo e estratégico que também atua na prevenção de problemas desse tipo e de orientação para os funcionários de toda a Instituição, é possível modificar essa postura de

maneira mais impactante para a rotina da sua Instituição. Uma das etapas da gestão de conflitos é identificando as principais causas, como resultado obtêm um clima harmonioso, colaborativo e organizado. Para gerir uma gestão sem conflitos deve-se: Entender os fatos, esclarecer os pontos de vista, focar nas necessidades, desenvolver possíveis soluções, construir uma liderança positiva, acompanhar os possíveis desdobramentos, e tentar prevenir os conflitos negativos.

Com respeito à gestão de materiais, alguns itens são disponibilizados pelo Almoxarifado Central da Semedi e outros adquiridos com as verbas federais destinadas direto a escola. São designados de acordo com a necessidade de cada professor ou turma.

2.3.4- ARTICULAÇÃO ENTRE A INSTITUIÇÃO, A FAMÍLIA E A COMUNIDADE.

Atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola é de extrema relevância, pois a escola reflete várias dimensões acerca do que acontece fora. É necessário haver uma relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde as mesmas estão inseridas. Antigamente a escola se fazia autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico. Na nova visão para a educação, o primeiro passo que a Escola e o professor devem desenvolver é o de criar manobras em conjunto com a família dos educandos com intuito de facilitar o enfrentamento de situações inusitadas que ocorrem continuamente na escola, mais especificamente, na sala de aula.

Conhecer a família do aluno é conhecer e compreender o próprio aluno, a convivência no seio familiar resulta na vida dos educandos de forma positiva ou negativa. Se uma criança está envolvida diariamente em um ambiente hostil certamente agirá assim, o contrário acontece com uma criança que vive em um lar de muita calma, carinho e educação, pois será assim que se apresentará na escola.

Com base nessa afirmativa fica claro que, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa.

Os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados que

refletem na vida escolar das crianças, assim o professor conhecerá a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso.

Uma parceria saudável supõe que a escola esteja aberta a um diálogo franco com a família e a comunidade escolar. Precisa haver encontros e reuniões valiosas e enriquecedoras entre a escola e família.

Segundo Vygotsky (1998, p.110), "O aprendizado das crianças começa antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia". Sendo assim, a escola não pode esquecer que o fortalecimento do vínculo família e escola vão trazer resultados formidáveis.

A escola mantém sistema de comunicação com as famílias através de reuniões, encontros, palestras, bilhetes, meios de comunicação (ligações, whatsapp mensagens), a fim de estreitar a interação entre família e escola, para que a frequência e o desempenho do estudante em suas atividades, no cumprimento da carga horária. Conscientiza as famílias da importância da participação na escola, levando a perceber que todo êxito escolar se dará a partir de ações concretas e contínuas, entre família e escola (parceria) e que estes sintam-se sujeitos capazes e responsáveis consigo mesmo e com o meio.

2.3.5- ARTICULAÇÃO ENTRE O DIRETOR, OS PEDAGOGOS E OS DEMAIS PROFISSIONAIS.

Todas as instituições de ensino buscam entregar uma educação de qualidade, com um espaço organizado e eficiente para garantir o pleno aprendizado dos estudantes. No entanto, para que isso aconteça é preciso uma boa gestão escolar em que o diretor, coordenador, orientador e demais profissionais atuem para complementar o papel do professor em sala de aula.

Assim, enquanto o diretor da escola recebe o feedback e orientações da Secretaria da Educação, orientadores e coordenadores estão mais próximos dos alunos, dos professores e da gestão da instituição de ensino. Por isso, é importante

que todos se comuniquem e criem uma relação de confiança que terá como maior beneficiado o aluno.

O diretor tem o papel de traçar os objetivos e metas da instituição de ensino a respeito do aprendizado e do método de ensino que será aplicado na escola, é ele que mobiliza os funcionários e os articula a construir colaborativamente as normativas, a função social e os processos da escola. Por isso, cabe a ele realizar reuniões com professores, orientadores e coordenadores para entender as necessidades de seus estudantes e encontrar a solução para os imprevistos que podem ocorrer. Essa gestão, quando amparada por instrumentos democráticos, que possibilita que todos sejam corresponsabilizados e trabalhem juntos na construção de uma educação de qualidade.

O diálogo entre a equipe de gestão e os demais profissionais da instituição é considerado de suma importância uma vez que é através destes diálogos que se busca ou se aponta os melhores encaminhamentos para as diversas situações que ocorrem tanto no campo pedagógico quanto administrativo. Este diálogo ocorre no dia a dia e tanto docentes quanto gestão escolar, havendo necessidade, manifestam a demanda e procuram resolver maneira pacífica. Isto não significa, porém, que não haja divergência de opinião, uma vez que cada elemento da gestão ou do corpo docente, é parte integrante de grupo heterogêneo de pessoas. Assim sendo, semanalmente ou na urgência da necessidade encontrada, o grupo se reúne para discussão do assunto ou tomar ciência da situação.

2.3.6- REGISTROS OFICIAIS DE OCORRÊNCIAS PEDAGÓGICAS E INTERPESSOAIS NO AMBIENTE EDUCACIONAL.

Os registros das ocorrências pedagógicas são registrados em Ata e no sistema do LRCO. Os registros interpessoais no ambiente educacional são registrados em Ata e em casos extremos levados a conhecimento da SEMEDI, para as providências cabíveis.

2.3.7- ARTICULAÇÃO ENTRE A UNIDADE EDUCACIONAL E A MANTENEDORA.

A articulação entre Escolas e a SEMEDI é essencial para a efetivação das políticas educacionais e garantia o direito à educação. A dimensão da articulação entre ambos traz como indicadores de qualidade do Sistema Municipal de Ensino de suporte, planejamento, finalidade, integração, formação continuada, leis e normas, apresentado o planejamento como importante indicador na estrutura da gestão, instrumento de gestão democrática, eixo integrador e indispensável na articulação das políticas educacionais.

A Secretaria Municipal de Educação é um órgão de apoio e de suporte ao trabalho que é desenvolvido na escola. É necessário que a SEMEDI atue para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação e construa com as escolas um planejamento coletivo que atenda às diferentes dimensões da gestão escolar: pedagógica, administrativa e financeira.

Assim sendo, a escola é o espaço no qual as políticas educacionais materializam-se, ou seja, os objetivos do sistema de ensino e os de aprendizagem são concretizados, ou não, no chão da escola. Por isso, a articulação entre a SEMEDI e as escolas necessita estar respaldada na política educacional construída coletivamente, no Plano Municipal de Educação. Os indicadores devem estar plenamente articulados, para evitar a descontinuidade das políticas e as mudanças repentina de estruturas dentro dos ambientes formativos, as escolas.

Em suma, a gestão da educação municipal, que acontece no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, tem o compromisso de concretizar as políticas educacionais numa perspectiva transformadora, de tal forma que as metas e os objetivos traçados tornem-se ações. Em meio a era da informação em rede, os veículos eletrônicos contribuem e favorecem a comunicação entre Unidade Escolar e a mantenedora, o envio de documentos e dados solicitados, se dá por meio de ofícios, e-mails, mensagens por aplicativos, reuniões virtuais e presenciais.

2.3.8 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E CRIANÇAS E/OU ESTUDANTES.

“Organizar uma prática escolar, considerando esses pressupostos, é sem dúvida, conceber o aluno um sujeito em constante construção e transformação que, a partir das interações, tornar-se-á capaz de agir e intervir no mundo, conferindo novos significados para a história dos homens. Quando se imagina uma escola baseada no processo de interação, não se está pensando em um lugar onde cada um faz o que quer, mas num espaço de construção, de valorização e respeito, no qual todos se sintam mobilizados a pensarem em conjunto.”

Em nossa instituição de ensino, visando sempre uma aprendizagem efetiva e marcante, esta articulação entre profissionais da educação e estudantes ocorre através de efetivação de projetos em sala de aula envolvendo temas de meio ambiente, leitura, valorização do meio em que vive, entre outros. Nestas ações várias atividades extracurriculares são ofertadas aos estudantes como visitas a estabelecimentos, exposição das atividades, causando euforia e satisfação e muito mais aprendizagem. A Escola Nazira Borges procura proporcionar oportunidades aos seus estudantes, tendo em vista que nossa comunidade se localiza distante da zona urbana e para muitos estudantes estas atividades pedagógicas extracurriculares tornam-se seu único ensejo.

O educador deve apropriar-se de seu compromisso e também reconhecer o conhecimento que o estudante traz consigo. Essa relação deve se constituir a partir da conformidade desses papéis, construídos em diálogo entre os envolvidos.

2.3.9 - PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO A QUALQUER TIPO DE VIOLÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AO BULLYING E CYBERBULLYING, DE ACORDO COM A LEI 14.811/2024 QUE ALTERA ALGUNS ARTIGOS DO ECA.

A Escola Municipal do Campo Nazira Borges, em consonância com a Lei Nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, trabalha em conjunto com a comunidade para prevenir as diversas formas de violências que podem ocorrer entre os muros da escola. Esse trabalho é realizado

de forma interdisciplinar, envolvendo todos os docentes, discentes, equipe diretiva e pedagógica. Também realizando as ações de:

- Elaboração de cartazes ou campanhas de conscientização sobre a violência, bullying e cyberbullying;
- Apresentação de vídeos abordando os temas;
- Pesquisa sobre casos reais e apresentação dos resultados;
- Simulações de situações e discussão das possíveis soluções;
- Debate sobre a importância da empatia e do respeito.

2.4- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Planejamento é uma importante tarefa da gestão pois ela vai ajudar preparar, organizar e estruturar os objetivos aceitando a opinião de todos, pois se trata de uma gestão democrática. Quando é realizado o planejamento, vai direcionando a todos a uma organização e o processo que ocorrerá futuramente. O professor que planeja suas aulas, terá melhor rendimento e as metas propostas trarão resultados mais significativos.

O Plano de Trabalho Docente é realizado mensalmente, de acordo com a Matriz Curricular do Município, Livros PNLD, BNCC, Sites e Livro Sefe (material didático recebido pelo Sistema de Ensino adotado pelo município).

Realizado no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como o ato de organizar as atividades de ensino e de aprendizagem, determinada por uma intencionalidade educativa, envolvendo objetivos, valores, atitudes, conteúdos e o modo de agir dos educadores. É um modo de dimensionar política, científica e tecnicamente a atividade escolar, portanto, deve ser resultado das discussões e contribuições do coletivo da escola, além de constituir uma atividade permanente de reflexão e ação. Na atualidade e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, o planejamento da escola deve se concretizar pela elaboração do Projeto Político Pedagógico e constar de diferentes momentos do planejamento: a definição de um marco referencial, a elaboração de um diagnóstico e a proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de

uma prática pedagógica crítica, reflexiva e participativa (PASSOS, 2003). É o planejamento integral da instituição. Deve, portanto, expressar a cultura da escola, porque está assentado nas crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que o elaboraram, além de conter a proposta geral das experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, incorporada nos diversos componentes curriculares. No contexto da implementação da gestão gerencial, os órgãos oficiais têm disseminado, junto às unidades escolares, uma outra forma de planejamento das ações da escola, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) – um planejamento estratégico que tem, como pressuposto, a ótica da racionalidade e da produtividade em uma visão empresarial da escola. Integra o programa de ações do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), é oriundo de um acordo de financiamento entre o Banco Mundial e o Ministério de Educação e Cultura (MEC), desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação dos estados envolvidos.

2.4.2- PLANO DE AÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM (CONSIDERAR OS ÍNDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR INTERNO/EXTERNO, DE ABANDONO /EVASÃO E RELAÇÃO IDADE/ANO).

A recomposição de aprendizagem despontou como uma ação de suma importância tendo em vista a constatação dos gestores e corpo docente da Escola Nazira Borges diante da defasagem escolar como resultado dos impactos causados pelo Covid-19 e também por outros fatores externos ou internos que ocasionaram este descompasso na aprendizagem. Essas consequências foram tão evidentes que apenas a realização de atividades diferenciadas visando o reforço escolar não seriam satisfatórias para se alcançar um resultado positivo. A recomposição de aprendizagem abrange estratégias para que se alcance a necessidade que o aluno possui em determinado conteúdo com o intuito de efetivar a aprendizagem. Na Escola Nazira Borges, a iniciativa a equipe gestora, na medida do possível, no período da manhã, será de direcionar um professor, se for viável no planejamento escolar para sanar pontualmente a defasagem de conteúdo apresentada pelo estudante seja na área de Língua Portuguesa ou Matemática. Para que isto ocorra o

Professor Regente da turma e o professor que, dentro das possibilidades sanará o conteúdo, estejam em consonância e compromissados com a busca desta aprendizagem pelo estudante, ambos com a responsabilidade de levar o estudante a descortinar os saberes antes escondidos ou aprendidos fragilmente. Como a estrutura física da Escola Nazira Borges não dispõe de um espaço adequado para efetivação desta estratégia, ela se dará dentro das condições existentes, o que não resultará num aproveitamento total, todavia, diante da realidade de aprendizagem, é uma alternativa viável, considerando que a busca de alguma alternativa é sempre mais louvável do que, diante do problema de aprendizagem, tornar-se esquivo. Além disso, em sala de aula, os professores da turma, dentro das possibilidades, estarão atentos as necessidades individuais dos estudantes, proporcionando-lhes atividades diferenciadas e que alcancem a aprendizagem do conteúdo cuja compreensão não tenha ocorrido de forma satisfatória. Acrescenta-se também, a necessidade de elencar os conteúdos básicos e primordiais para o ano em que o estudante está inserido, conforme o currículo, priorizando estratégias em que o estudante tenha melhor compreensão do tema.

Os resultados de aproveitamento escolar tanto externos quanto internos, ocorrem conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação em Tempo Integral (SEMEDI).

o Ideb é um indicador de qualidade educacional, que se apresenta como um dos indicadores no âmbito nacional através de fatores como aprovação escolar e do desempenho do SAEB e oportuniza a comunidade escolar conhecer a qualidade da educação e como se envolver para melhoria destes índices. Compõem também as avaliações externas tais como: Avaliação de fluência para o 2º ano, Prova Paraná diagnóstica para o 5º ano, Prova Paraná Mais para os 2º e 5º ano e a Avaliação Indica do Sistema SEFE, entre outras.

2.4.3 - PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR

TEMAS	METAS	AÇÕES
P.P.P	Colaborar na elaboração do P.P.P. e garantir seu cumprimento.	Envolver todos os profissionais na elaboração e coordenar a execução do P.P.P.
Ensino Aprendizagem	Assegurar o cumprimento dos dias letivos e	Cumprir o calendário escolar sua integra.

	<p>horas/aula estabelecidos. Zelar pelo cumprimento do plano do trabalho dos docentes. Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento.</p>	<p>Acompanhar a elaboração e execução da proposta curricular Organizar junto aos professores, projetos que promovam a recuperação paralela.</p>
Metodologia	<p>Envolver-se com todos os educadores visando a interação coletiva no processo ensino/aprendizagem. Diagnosticar as necessidades educacionais da escola e planejar estudos, juntamente com a Equipe pedagógica.</p>	<p>Organizar junto aos professores formas de participação para observar a prática pedagógica das turmas. Refletir com a equipe e professores os pontos positivos e negativos de cada turma, propondo a realização de análise crítica sobre os conteúdos, atividades e metodologias utilizadas Estudar e refletir questões específicas quando houver necessidades. Refletir coletivamente e constantemente sobre a organização do fazer pedagógico da escola</p>
Dificuldades de Aprendizagem	<p>Buscar junto aos demais profissionais da escola a efetivação dos princípios propostos no P.P.P. Acompanhar todo processo ensino aprendizagem. Discutir junto a equipe e professores os instrumentos que auxiliarão na verificação da aprendizagem.</p>	<p>Sistematizar juntamente com os professores, procedimentos para a realização da observação da situação pedagógica dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Trabalhar com as famílias dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, ao acompanhamento da aprendizagem e a atenção em relação à saúde dos filhos.</p>
Falta de Interesse dos Alunos	<p>Discutir com os professores, sobre as questões que interferem no processo ensino aprendizagem</p>	<p>Discutir junto à comunidade escolar a importância /necessidade de: a) levantar os casos de falta de interesse em cada turma; b) investigar as causas da falta de interesse; c) organizar possibilidades de ação para solucionar os casos detectados; d) avaliar os resultados.</p>
Indisciplina	<p>Discutir com a equipe, professores e funcionários a Organização e funcionamento da escola como um todo e de cada</p>	<p>Refletir com professores, alunos e funcionários e pais sobre a importância da elaboração e cumprimento de normas de convivência. a) trabalhar com os professores sobre</p>

	<p>turma em específico de acordo com a legislação. Acompanhar o processo ensino aprendizagem, visando garantir a efetivação do trabalho proposto.</p>	<p>a importância do diálogo com o aluno a fim de estabelecer vínculos que favoreçam o processo ensino aprendizagem;</p> <p>b) buscar alternativas que viabilizam o diálogo dos professores com os alunos dentro da escola quando necessário;</p> <p>c) aprofundar estudos com os pais sobre temas relacionados à educação, saúde, meio ambiente, relações étnicas- raciais, e assuntos gerais.</p>
<p>Participação da Família na Escola</p>	<p>Atender aos pais ou responsáveis dos alunos, quando houver necessidade por iniciativa própria dos mesmos, ou atendendo ao chamado da escola. Promover a participação dos pais e o envolvimento destes com a instituição escolar. Buscar coletivamente instrumento que viabilizem a maior participação dos pais no âmbito escolar</p>	<p>Atender aos pais, mães ou responsáveis sempre que:</p> <p>a) procurarem a escola;</p> <p>b) forem convocados pela equipe pedagógica, individual ou coletivamente. Discutir com a equipe e depois com os professores e funcionários como a escola organizará o atendimento aos pais, mães ou responsáveis em relação aos casos individuais e coletivos. Propor junto a equipe, e professores meios que promovam a participação dos pais, mães ou responsáveis na escola. Discutir com a equipe e professores, de acordo com as necessidades da escola, trabalhos a serem realizados durante o ano letivo;</p> <p>c) Vacinação na escola para a comunidade;</p>
<p>Manter e ampliar a infra-estrutura da escola</p>	<p>- Manutenção do espaço físico escolar</p>	<p>- Reivindicar junto à mantenedora, quando não possível com o PDDE A manutenção elétrica, hidráulica, renovação da pintura, reparos em geral;</p> <p>- Reivindicar junto a mantenedora a compra do terreno ao lado da escola para a ampliação da mesma e construção de uma cancha poliesportiva;</p> <p>- Envolver a Comunidade Escolar através de campanhas, no sentido de conservação do espaço físico da</p>

		<p>escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Melhorar a limpeza e a conservação da escola; -Promover palestras sobre a separação do lixo para orientar o uso das lixeiras.
<p>Aprimorar a formação continuada de todos os profissionais</p>	<p>Hora Atividade</p> <p>- Reunião Pedagógica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à participação nos cursos/assessoramentos, semana pedagógica, fórum municipal de educação, bem como em outras atividades promovidas pela mantenedora. - organização da hora-atividade na escola como espaço de estudos e reflexão sobre a prática pedagógica - Organização das reuniões pedagógicas como espaço coletivo da organização do trabalho pedagógico na escola e revisão/reescrita da proposta pedagógica e do regimento escolar quando necessário.
Inclusão educacional	<p>Encarar os desafios que são postos e devem ser dado conta vista a atender a todos, na igualdade de direitos, deveres e oportunidades, independentemente de sua condição social, cultural, econômica, religiosa, física ou sexual, uma concepção de inclusão passa por revermos nossas posições de que a homogeneidade é fundamental na prática de ensino e aprendizagem.</p>	<p>Propiciar aos alunos de inclusão um ambiente ideal para aprendizagem. Oferecer as condições adequadas conforme a realidade da escola, buscando e promovendo maneiras diversificadas para que as metas sejam alcançadas.</p>
Projetos	<p>Envolver-se com os alunos e a comunidade através de projetos que visam um aprimoramento da aprendizagem e na interação entre a família e a escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) Projeto do dia das mães; b) Projeto troca de moedas; c) Projeto meio ambiente.

2.4.4- PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO COORDENADOR

2.4.5- PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO ORIENTADOR

Metas	Objetivos	Ações	Período Responsável
<p>-Trabalho coletivo e democrático.</p> <p>-Ética Profissional</p> <p>-Educação de qualidade</p> <p>-Comprometimento Político-Pedagógico</p>	<p>- Construir, implementar e avaliar o Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, em acordo com as Políticas Educacionais e Orientações da Secretaria Municipal de Educação</p> <p>- Orientar a equipe docente na elaboração e execução de planos didáticos, adequando-os às necessidades dos estudantes;</p> <p>- Intervir como mediadora ao acesso e permanência dos estudantes na escola.</p> <p>- Propor um ambiente acolhedor e harmonioso para todos;</p> <p>- Acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos estudantes;</p> <p>- Articular interação entre comunidade, família e escola;</p> <p>- Propiciar aos estudantes de inclusão um ambiente ideal para aprendizagem.</p>	<p>- Estimular estudos sistematizados, troca de experiências e formação continuada;</p> <p>- Articular metas, com os docentes para elevar o nível de aprendizagem e diminuir a evasão escolar.</p> <p>- Orientar estudantes e as famílias, com números excessivos de faltas e dificuldade de aprendizagem e oferecer os devidos encaminhamentos.</p> <p>- Propor atividades /oficinas que auxiliem na aproximação da comunidade, família e escola.</p> <p>- Oferecer as condições adequadas conforme a realidade da escola, buscando ajuda e parcerias quando for necessário.</p>	<p>Ano letivo 2024</p> <p>Pedagoga</p>

2.4.6- PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO ADMINISTRATIVA

A escola Nazira Borges está localizada na área Rural do Município de Paranaguá, por isso é denominada escola do Campo. A equipe de apoio administrativa atende nossa Instituição e todas as escolas do Campo, realizando suas funções na secretaria Municipal de Educação. A Instituição por estar localizada há 25 Km da SEMEDI a Diretora realiza algumas funções do administrativo na escola para atender a comunidade escolar. Algumas dessas atribuições são solicitadas pela SEMEDI e outras pela comunidade. Diariamente atende com orientações e documentos a respeito do administrativo. A diretora procura sempre zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e comunidade. Também procura sempre atender da melhor forma possível sempre realizando e entregando em dia suas obrigações. Possui boa interação com o secretário Geral realizando sempre a articulação ESCOLA/SEMEDI, promovendo assim o bem comum entre todos e garantindo uma educação de qualidade.

2.4.7- PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE DE APOIO OPERACIONAL

Conforme o Regimento Escolar, os funcionários que zelam pela segurança e atuam nos serviços de conservação, manutenção e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações devem:

Ação da Equipe de Apoio Operacional			
Metas	Objetivo	Estratégia	Periodicidade
Ambiente físico escolar/ manutenção	Colaborar para que o ambiente físico, bem como uso do material de limpeza e a conservação do patrimônio sejam	Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;	Diariamente
		Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;	Diariamente
		Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;	Diariamente

	sempre realizados.	Coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;	Diariamente
Cumprimento da função	Desempenhar a função de maneira efetiva	Auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;	Diariamente
		Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;	Diariamente
		Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;	Diariamente
		Auxiliar no acompanhamento da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos alunos, quando solicitado pela direção;	Diariamente
Relacionamento cooperativo e sigilo de informações	Cumprir regras referentes a função	Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;	Diariamente
		Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;	Diariamente
		Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.	Diariamente

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - AGENTES DE APOIO OPERACIONAL				
2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
Limpeza dos vidros	Limpeza dos vidros	Retirar o pó	Limpeza da Sala de informática/professores e sala da equipe	Lavar o refeitório e os banheiros
Todos os dias serão limpas as salas de aula, sala de informática/professores, sala da equipe, banheiros e pátio.				

2.4.8- PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Metas	Objetivos	Ações	Periodicidade
Projeto Político Pedagógico, Plano de Gestão e do Regimento Escolar	Construir, implementar e avaliar o Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, em acordo com as Políticas Educacionais e Orientações da Secretaria Municipal de Educação	Estimular estudos sistematizados, troca de experiências e formação continuada	Ano letivo 2024/flexível
- Calendário Escolar	Acompanhar a avaliação periódica do documento	Orientar e fiscalizar o cumprimento do calendário escolar.	Ano letivo 2024

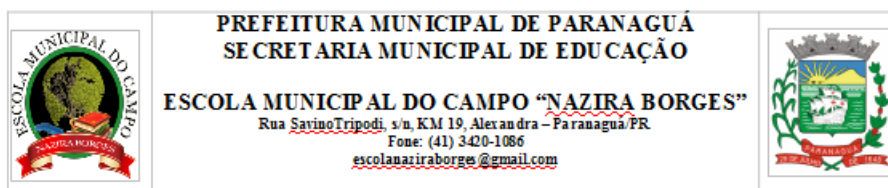
- Cardápio da merenda escolar	Acompanhar a avaliação periódica do documento e execução	Orientar e fiscalizar o cumprimento do cardápio da merenda escolar	diariamente
- Recursos financeiros e da prestação de contas	Acompanhar a Aplicação e análise	Propor reuniões conforme cronograma para discussão da aplicação do recurso	Conforme cronograma/ 2024
- Incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para a integração entre a escola e a comunidade	- Articular interação entre comunidade, família e escola;	Propor atividades /oficinas que auxiliem na aproximação da comunidade, família e escola	Ano letivo 2024

2.4.9- PLANO DE TRABALHO DOCENTE

AÇÃO DO TRABALHO DOCENTE			
Metas	Objetivo	Estratégia	Periodicidade
Participação cooperativa docente	Cooperar de maneira efetiva e participativa a proposta pedagógica, plano de trabalho e aprendizagem dos alunos.	Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;	Anualmente
		Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;	Mensalmente
		Zelar pela aprendizagem dos alunos;	Diariamente

Colaboração no exercício do cumprimento da função	Lecionar de acordo com o Planejamento, envolvendo o uso de atividades diferenciadas e a participação dos estudantes,	Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;	Trimestralmente
		Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;	Diariamente
		Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.	
		Planejamento de aula e demais atividades diferenciadas para fixação de conteúdos;	
		Participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino;	
		Orientação e acompanhamento de estudantes;	
		Avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;	
Envolvimento em formações, atividades e reuniões	Demonstrar interesse na participação de formações, ações intervenções, atividades e reuniões pedagógicas.	Atividades de desenvolvimento profissional;	
		Participar dos cursos de Formação Continuada;	
		Planejar ações e intervenções com base no diagnóstico de dificuldade do estudante.	
		Participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas;	
		Planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar;	
		Outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.	
Atividades lúdicas e de	Oportunizar aos	Efetivação de espaço em sala de aula para leitura: cantinho da	

leitura	estudantes atividades lúdicas, momentos com literatura e rodas de conversa.	leitura.	
		Realização de Momento da Leitura em sala de aula diariamente.	
		Atividades lúdicas para fixação de conteúdos de leitura, escrita e conceitos de matemática (bingo, quebra-cabeça, lego).	
		Músicas para desenvolvimento da oralidade e leitura.	
		Dar acesso ao estudante a livros de literatura que a escola possui (títulos renomados).	
		Realização de roda de contação de história para desenvolver memória, concatenação de ideias, pensamento crítico.	
		Planejar as atividades e preparar o material necessário;	
Livro de Registro online	Cumprir as orientações com respeito ao Livro de Registro Online.	Manter em dia Livro de Registro de Classe Online;	
		Avaliar sistematicamente o seu trabalho e o aproveitamento dos alunos;	



CRONOGRAMA ENTREGA DE PLANEJAMENTO

- PLANEJAMENTO DE FEVEREIRO ENTREGA ATÉ DIA – 16/02
- PLANEJAMENTO DE MARÇO ENTREGA ATÉ DIA – 29/02
- PLANEJAMENTO DE ABRIL ENTREGA ATÉ DIA – 28/03
- PLANEJAMENTO DE MAIO ENTREGA ATÉ DIA – 30/04
- PLANEJAMENTO DE JUNHO ENTREGA ATÉ DIA – 29/05
- PLANEJAMENTO DE JULHO ENTREGA ATÉ DIA – 28/06
- PLANEJAMENTO DE AGOSTO ENTREGA ATÉ DIA – 31/08
- PLANEJAMENTO DE SETEMBRO ENTREGA ATÉ DIA – 30/08
- PLANEJAMENTO DE OUTUBRO ENTREGA ATÉ DIA – 30/09
- PLANEJAMENTO DE NOVEMBRO ENTREGA ATÉ DIA – 31/10
- PLANEJAMENTO DE DEZEMBRO ENTREGA ATÉ DIA – 29/11

2.4.10- PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos estudantes que necessitam são realizados na sala da Escola Municipal Tiradentes.

2.4.11- PLANO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR

O atendimento pedagógico domiciliar visa atender alunos matriculados acometidos por condições e limitações específicas, decorrentes de

comprometimentos de saúde e por recomendações médicas que impossibilitam a participação nas atividades curriculares na escola.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê que:

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Por meio de solicitação médica por escrito, a família contacta a Secretaria Municipal de Educação, e esta em conversa com a escola onde o aluno está matriculado, verifica se há a disponibilidade de um professor da escola para a realização desse atendimento.

Caso não haja um professor disponível, a SEMEDI deve enviar um professor em regime hora-aula, para que essa demanda possa ser atendida. Havendo necessidade a escola poderá fazer remanejamento de professores para melhor atendimento do estudante.

Após as adaptações necessárias, o professor designado, faz o contato com a família, para se informar sobre os procedimentos que precisaram ser adotados, bem como definição de carga-horária.

Esse tipo de atendimento decorre de ações pedagógicas, as quais transforma um cômodo da casa onde o aluno reside, em um espaço de ensino e aprendizagem, tal qual a sala de aula. A mantenedora deve fornecer o material necessário para o atendimento domiciliar conforme orientação médica e orientação pedagógica hospitalar.

Geralmente o aluno é quem vai até a escola, no caso do Atendimento Pedagógico Domiciliar, ocorre o inverso, pois é a escola que vai até o aluno através da figura do professor.

A atuação no Atendimento Pedagógico Domiciliar é um desafio para a prática do professor, frente a necessidade de adequar sua prática as particularidades de um espaço que não é o seu.

2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O currículo é a organização do conhecimento escolar. não apenas um documento fechado, pelo contrário, ele foi e continua sendo construído. A organização do currículo deve viabilizar a interdisciplinaridade e a contextualização assegurando a comunicação entre as áreas.

O currículo é entendido como um meio para ação-reflexão-ação, e deve dar voz à experiência vivida, dar voz à diversidade e à subjetividade no processo educativo. O currículo é um terreno de produção e de política cultural, em que as disciplinas curriculares funcionam como matéria-prima para a (re)construção e, sobretudo para a contestação e a transgressão do saber. E como meio para a apropriação dos conceitos, os conteúdos disciplinares devem integrar, de forma inter/multidisciplinar, as relações socioculturais, o tempo, o espaço e as relações com a natureza.

Uma Proposta Curricular deve contemplar: A Função Social de Escola, um olhar sobre o papel dos Conteúdos, competências e Habilidades no Contexto Curricular e a Importância dos temas transversais.

É necessário que se tenha o enfoque nas Orientações para gestão do currículo na escola e Orientações para a aprendizagem na sala de aula.

A concepção de currículo inclui, portanto, desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP (**Projeto Político Pedagógico**). Se você prestar atenção, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

2.5.2 - DIREITOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A Escola Municipal do Campo "Nazira Borges" compreende que a educação infantil consiste na educação de crianças, com idades entre 0 e 5 anos. As crianças são estimuladas por meio de atividades lúdicas, brincadeiras e jogos para exercitar as suas capacidades e potencialidades emocionais, sociais, físicas, motoras, cognitivas e a fazer exploração, experimentação e descobertas. A partir dos eixos estruturantes da educação infantil, que são as interações e as brincadeiras, a Base estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Por sua vez, estes direitos estão inseridos em campos de experiências por meio dos quais as crianças devem aprender e se desenvolver: O Eu, o outros e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Já no ensino fundamental acontece através dos vários processos pedagógicos, onde busca-se conduzir a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social.

Os princípios norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas são os seguintes: éticos, políticos e estéticos.

- **Éticos:** de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.
- **Políticos:** de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento

para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

- Estéticos: de cultivo da sensibilidade com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias.

Os principais objetivos da escola

Desenvolver a capacidade de aprendizagem, utilizando como meios as mais diversas formas de conhecimento cognitivo. Compreender o ambiente natural, social, político e cultural no qual se integra de forma ativa. Expressar-se utilizando diferentes linguagens: verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal, para comunicar emoções, ideias e valores, reconstruindo e dando novos significados à realidade. Valorizar povos e culturas em tempos e espaços diferentes com linguagens e valores específicos, estabelecendo relações que desenvolvam sua identidade social.

Conhecer, construir, divulgar e vivenciar valores no cotidiano escolar, favorecendo a prática da cidadania, na busca de qualidade de vida. Promover o desenvolvimento integral através da construção de conhecimentos, habilidades, aprendendo a aprender. Incentivar a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, nos eventos sócio – político - culturais promovidos pela instituição com o objetivo de uma maior integração. Considerar as diferentes opiniões dos grupos, buscando contínua atualização e qualificação.

2.5.3 - CONCEPÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As concepções da aprendizagem são definidas como representações sobre o fenômeno da aprendizagem na consciência. Enquanto as abordagens se relacionam com a forma como os alunos se comportam em relação a ela. A Escola "Nazira Borges" visa a uma Educação Progressista, transformadora, apostando e considerando a capacidade de cada aluno na construção do conhecimento, na condição de agente, de sujeito crítico, pensante, reflexivo e transformador da

sociedade. Nesse âmbito, a aprendizagem é orientada pela noção histórico-crítica, cultural e discursiva, em que o sujeito e o objeto de conhecimento se relacionam nas e pelas interações sócio históricas e culturais, mediadas pela linguagem.

Nessa concepção, o sujeito-aluno é entendido como síntese de múltiplas relações sócio históricas, em constante construção e (trans)formação. É compreendido na sua heterogeneidade e diversidade, as quais são entendidas não como diferenças, mas como constitutivas ao próprio sujeito. Assim, a construção do conhecimento é, ao mesmo tempo, processo e produto (ir e vir), sendo que os elementos constituintes desse processo são: a) a linguagem; b) a mediação; c) a interação; d) a apropriação; e) os conceitos espontâneos e científicos.

Dessa premissa, o ensino na Instituição visa a transformar informação em conhecimentos socialmente significativos para o conjunto da população (Noronha, 2002, p 117). Para tanto, é necessário estabelecer princípios metodológicos que orientem para a criticidade, em que o movimento ação-reflexão-ação possibilite ultrapassar o conhecimento do senso comum. O princípio da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento, se concebido na indissociável relação teoria/prática, se desenvolve, metodologicamente, por meio de atitudes investigativas e reflexivas da prática educacional, com vistas a dar à teoria um sentido mais orgânico. Logo, a metodologia implica um processo múltiplo e integrado, que privilegia a diversidade e a heterogeneidade e a estruturação curricular estimula um movimento coletivo de trabalho inter/multidisciplinar, em que o fazer com o aluno, tão diferente de doar ao aluno, é condição absolutamente necessária para que haja produção de saberes. fazer com o aluno, tão diferente de doar ao aluno, é condição absolutamente necessária para que haja produção de saberes.

2.5.4-ORGANIZAÇÃO DO TEMPO, DO ESPAÇO E GESTÃO EM SALA DE AULA (COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL, DO AEE E DO RECREIO DIRIGIDO)

A oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização:

I. educação Infantil:

a) crianças de 04 e/ou 05 anos de idade – com 01 profissional até 20 crianças;

b) O atendimento a faixa etária será válido, de acordo com o PPP e o planejamento anual.

II. Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Ensino Fundamental - Ciclo Contínuo – Educação Especial (do 1º ao 5º ano);

Art. 104 O atendimento será de 04 horas diárias para turno parcial e de 09 horas para jornada integral, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição infantil, assim distribuídos:

I. manhã - 07:30 às 11:30;

II. tarde - 13:30 às 17:30;

III. integral - 07:30 às 16:30;

Art. 105 A instituição escolar funciona nos seguintes horários:

I. o horário de atendimento do ensino regular compreende EI e EF:

a) no período matutino das 07h30 às 11h30;

b) no período vespertino das 13h15 às 17h15;

Relacionado ao cotidiano da Educação Infantil é importante considerar o conhecimento que os estudantes da Educação Infantil vão adquirindo de si mesmos, demonstrando um desenvolvimento progressivo como também independência na efetivação das diversas atividades, conhecendo seu próprio corpo e a gama de sentimentos que o envolve. Na Educação Infantil é de relevante importância que os estudantes expressem suas emoções e pensamentos através de movimentos, músicas, artes e compreendendo o mundo que o cerca.

Com o objetivo de ofertar aos educandos um ensino de melhor qualidade para todos a Escola Municipal do campo “Nazira Borges” tem a seguinte organização:

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

I–Ensino Fundamental, Educação Infantil.

II – Horário de funcionamento: Matutino: 07:30 às 11:30

Vespertino: 13:15 às 17:15

III – Número de turmas: 6

IV – Número de educandos por turma:

SÉRIE / TURNO TURMAS

INFANTIL 5 (Tarde) 05

1º ANO (Tarde) 18

2º ANO (Tarde) 17

3º ANO (Manhã) 11

4º ANO (Manhã) 11

5º ANO (Manhã) 09

TOTAL EDUCAÇÃO INFANTIL (TARDE) - 05

TOTAL ENS. FUND. MANHÃ - 31

TOTAL ENS. FUND. TARDE - 35

TOTAL GERAL - 71||

Na organização do espaço escolar a instituição tem 3 salas de aula, 1 cozinha, 1 refeitório, 1 banheiro feminino e 1 masculino, 1 sala de direção e coordenação escolar, 1 sala de professores, uma saleta de almoxarifado e um pátio pequeno utilizado para recreação e demais atividades externas.

No cotidiano da Educação Infantil diariamente a professora regente de turma realiza atividades de reconhecimento do nome de cada estudante, valorizando, as características pessoais de cada um, levando-os a escrita do seu próprio nome. Outrossim, inclui-se na rotina da Educação Infantil, atividades dentro do campo das experiências, envolvendo o lúdico que abrange novas oportunidades de aprendizagem.

No cotidiano do Ensino fundamental nas disciplinas que compõe a grade curricular, os professores regentes e corregentes, sempre com o objetivo de elevar os alunos a uma aprendizagem significativa, ofertam atividades de leitura visando a alfabetização, escrita, compreensão, desenvolvimento da oralidade, pensamento crítico, autonomia nas atividades matemáticas e raciocínio.

O recreio é uma forma de interação entre os alunos como também de alimentação. Para evitar momentos de inquietação que podem ocasionar acidentes, o recreio dirigido acontece de forma muito significativa todos os dias, nos períodos da manhã e da tarde. Como maneira de desenvolver a criatividade dos estudantes e valorização das atividades em grupo, no pátio da escola é disponibilizado atividades como amarelinha, bambolês para movimentos de dentro e fora entre outros. Este recreio dirigido é monitorado pelo professor de plantão ou pedagogo da escola.

Desta forma o recreio dirigido passa a ser um momento prazeroso dentro da instituição.

2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A avaliação é contínua, cumulativa, somatória, formativa, com prevalência dos aspectos qualitativos, sobre os quantitativos, apresentando seus critérios e instrumentos, respeitando os mesmos, inerentes a cada etapa: Educação Infantil e Ensino Fundamental. A nota é uma exigência formal do sistema educacional.

O Projeto Político Pedagógico estabelecerá os processos de avaliação nas seguintes esferas:

- Avaliação Institucional

<p>AVALIAÇÃO (CIÊNCIAS) = (C) ATIVIDADES DIÁRIAS = 5,0 AVALIAÇÃO = 5,0 RECUPERAÇÃO = 5,0</p>	<p>AVALIAÇÃO (GEOGRAFIA) = (G) ATIVIDADES DIÁRIAS = 5,0 AVALIAÇÃO = 5,0 RECUPERAÇÃO = 5,0</p>
<p>AVALIAÇÃO (HISTÓRIA) = (H) ATIVIDADES DIÁRIAS = 5,0 AVALIAÇÃO = 5,0 RECUPERAÇÃO = 5,0</p>	<p>AVALIAÇÃO (LÍNGUA PORTUGUESA) = (L.P) ATIVIDADES DIÁRIAS = 5,0 AVALIAÇÃO = 5,0 RECUPERAÇÃO = 5,0</p>
<p>AVALIAÇÃO (MATEMÁTICA) = (M) ATIVIDADES DIÁRIAS = 5,0 AVALIAÇÃO = 5,0 RECUPERAÇÃO = 5,0</p>	

- Avaliação de processo ensino-aprendizagem (diária e contínua)

Segundo Paulo Freire, não existe ensino sem aprendizagem, ou seja, educar alguém é um processo dialógico, um intercâmbio constante. Nessa relação educador e educando trocam de papéis o tempo inteiro: o educando aprende ao passo que ensina seu educador e o educador ensina e aprende com seu estudante. Ainda para Paulo Freire, no processo pedagógico, alunos e professores devem assumir seus papéis conscientemente – não são apenas sujeitos do “ensinar” e do “aprender”, e sim, seres humanos com histórias e trajetórias únicas. Para o educador, no processo de ensino-aprendizagem é preciso reconhecer o Outro (professor e aluno) em toda sua complexidade, em suas esferas biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas entre outras.

2.6.2- O PROCESSO AVALIATIVO COERENTE COM AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E APRENDIZAGEM/DESENVOLVIMENTO.

A importância dos métodos de avaliação é confirmada por vários estudos, que mostram que as atividades de avaliação ocupam uma grande parte do tempo e esforço de alunos e professores, salientando que aquilo que é valorizado e avaliado na escola vai influenciar não só os resultados escolares dos alunos, mas também a sua motivação, autoconceito, hábitos de estudo e estilos de aprendizagem.

É importante que sejam proporcionados aos alunos vários momentos de avaliação, multiplicando as suas oportunidades de aprendizagem e diversificando os métodos utilizados, pois, assim, permite que os alunos apliquem os conhecimentos que vão adquirindo, exercitem suas competências e desenvolvimento, compreendendo seus progressos. Por esta razão é importante valorizar todas as atividades que os alunos realizam ao longo do seu percurso. Sendo necessário a avaliação diagnóstica no início do ano letivo e ao findar o ano relatório individual para ciência dos pais e responsáveis quanto ao desenvolvimento do estudante durante o ano letivo, e também que os próximos professores do estudante se apropriem de como foi o desenvolvimento dos mesmos para dar sequência no processo ensino aprendizagem.

2.6.3- ANÁLISE DE AVANÇOS E DIFICULDADES PEDAGÓGICAS.

A Escola Municipal do "Campo Nazira Borges" realiza ações através do apoio escolar em sala de aula quando necessário e de acordo com a disponibilidade do quadro docente, pois quando não há resultado satisfatório, o professor retoma conteúdos do ano anterior até a apropriação dos estudantes e só então partir para o conteúdo do ano que cursa.

O pátio é pequeno para atender os estudantes tanto nas recreações quanto nas aulas de educação física, necessitando as mesmas ocorrerem no campo de futebol em frente a escola.

2.6.4- INSTRUMENTOS PARA OS REGISTROS DO PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PARECER DESCRITIVO, PORTFÓLIOS E OUTROS.

A avaliação na educação infantil não tem como premissa a retenção ou a promoção, mas acompanhar o desenvolvimento de crianças que estão em uma etapa de desenvolvimento acelerado e muito rico. Por isso é essencial ter um olhar atento, contínuo e intencional para eles. Os relatórios de observação, como o próprio nome diz, se referem aos registros escritos durante e depois da realização das atividades planejadas na rotina da Educação Infantil. Para favorecer a construção desse documento é recomendado com o educador disponha de um caderno ou bloco de notas que seja o seu alcance todo tempo em que estiver com a criança. Portanto, que seja fácil de portar em diferentes ambientes e possuem um apoio, tipo prancheta ou capa dura.

Na Escola Nazira Borges, avaliação é definida conforme se revela o desenvolvimento de cada criança através da observação e de atividades aplicadas podem ser avaliadas por amostras de trabalhos com fotos da atividade. Através da observação em sala de aula é feita o relatório e aplicado no LRCO e avaliado através de portfólio com todas as atividades do Estudante e entregue aos pais com todas as explicações decorrentes das atividades propostas pelo professor, numa linguagem clara e detalhada, conforme calendário escolar.

2.6.5- AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento de instituições, especialmente no contexto educacional. Este procedimento visa não apenas medir o desempenho, mas também compreender a eficácia das práticas e políticas adotadas promovendo uma cultura de melhoria contínua, contribuindo para a formação de ambientes educacionais mais eficazes e responsivos às necessidades da comunidade. Também visa superar os desafios enfrentados nesse processo, sendo fundamental para garantir que a avaliação cumpra seu papel de agente de transformação e inovação.

2.6.6- RECUPERAÇÃO PARALELA DE ESTUDOS

Todos os estudantes realizarão a recuperação com média (5,0) prevalecendo a maior nota do aluno entre avaliação e recuperação. As atividades diárias com valor 5,0 soma-se no decorrer do trimestre adquirindo proporcionalmente a nota, de acordo com a realização das atividades propostas e valorização do trabalho e aprendizagem do estudante.

2.6.7- AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa é um instrumento para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares.

- Prova Paraná
- Prova Paraná mais
- Avaliação indica

2.6.8- ORGANIZAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS CONSELHOS DE CLASSE, PRÉ E PÓS CONSELHOS.

O pré conselho e pós conselho ocorrem de acordo com o calendário escolar, na hora atividade de cada professor. Onde cada professor relata o desenvolvimento da sua turma, assim como avanços e dificuldades dos estudantes.

2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Plano de Formação Continuada é o envolvimento de todos os profissionais da educação em ações que visam o crescimento destes profissionais, aprimorando seus conhecimentos e mantendo-os atualizados sobre o que envolve a educação. Enfatizando sempre os avanços do funcionário ante o dinamismo de uma educação de qualidade.

2.7.2- FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL OFERTADA PELA MANTENEDORA.

SEFE/OPET – Sistema Educacional Família Escola

2.7.3- FORMAÇÃO CONTINUADA NA INSTITUIÇÃO

Conforme a instrução da hora atividade nº 01/2018 em seu Capítulo 1, Artigo 1º e § 1º, as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, destinam-se a, entre elas, participar dos cursos de Formação Continuada, sendo assim, o professor pode utilizar seu período de hora-atividade para Formação Individual, dentro do ambiente escolar.

De acordo com o Ofício Circular 20/2023 expedido pela Secretaria Municipal de Educação em Tempo Integral, que autoriza a Instituição de Ensino a realizar a formação continuada em serviço após a carga horária diária, sendo assim contabilizadas em horas a serem compensadas em banco de horas.

Em nossa instituição de ensino, a formação ocorrerá trimestralmente das 17:30 às 20:30h, em uma das salas de aula conforme planejamento antecipado com os interessados. O projeto formativo estabelece encontros trimestrais com temas que são de interesse do corpo docente da instituição objetivando o avanço da qualidade na Educação, obedecendo as orientações do ofício circular, já citado.

Nestes encontros são convidadas pessoas que discorrem sobre o tema escolhido, utilizando recursos tecnológicos e mediando discussões sobre o assunto, transformando o momento em positiva aprendizagem. Após a efetivação do encontro de formação continuada em serviço é enviado o relatório do encontro com assinaturas e demais informações pertinentes. Poderá ser realizado mais encontros durante o ano conforme sugestões e demanda.

MÊS	DATA
FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL e MAIO	A definir
JUNHO, JULHO e AGOSTO	A definir
SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO e DEZEMBRO	A definir

2.7.4- FORMAÇÃO CONTINUADA EM ESPAÇOS PEDAGÓGICOS EXTERNOS À INSTITUIÇÃO

São formações ofertadas em outros ambientes e instituições, como:

- Libras- UNESPAR;
- LEEI – Criança alfabetizada – Leitura e escrita na Educação Infantil;
- CÁTEDRA;
- ADE – Arranjo de Desenvolvimento Educacional (POSITIVO)

2.7.5- FORMAÇÃO CONTINUADA EM PLATAFORMAS VIRTUAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS.

Os profissionais são comunicados e orientados a participar dos cursos cujos links são enviados pela SEMEDI como:

- EAD Opet;
- Ler e Pensar/ Televisando (Gazeta do Povo)
- Especializações Polis Civitas (Itaipu);
- Cursos Anhanguera.

3- MATRIZ CURRICULAR Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.

ENSINO FUNDAMENTAL

SEMEDI		MUNICÍPIO: Paranaguá			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal					
ENDEREÇO: Rua:					
FONE:					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá					
CURSO (4035): Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
TURNO: Diurno e Vespertino		C.H. TOTAL DO CURSO:800h		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO:1991		FORMA: Simultânea			
ORGANIZAÇÃO ¹ :					
Componentes curriculares (Disciplinas)	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
ARTE ₂	20 h	20h	20h	20h	20h
CIÊNCIAS					
EDUCAÇÃO FÍSICA					
GEOGRAFIA					
HISTÓRIA					
LÍNGUA INGLESA ₃					
LÍNGUA PORTUGUESA					
MATEMÁTICA					
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio				

EDUCAÇÃO INFANTIL

SEMEDI		MUNICÍPIO: Paranaguá	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal			
ENDEREÇO:			
FONE: 41 3420-2867			
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá			
CURSO (nº 2001): Educação Infantil			
TURNO: Diurno e Vespertino		C.H. TOTAL DO CURSO:800h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1994		FORMA: Simultânea	
OFERTA: 4 /ou 5 anos completos até 31/03.		ORGANIZAÇÃO: Anual	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA		CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais		20 horas relógio	

4- PROPOSTA CURRICULAR

Currículo educação Infantil

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Indagações sobre currículo: educando e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: MEC/SEB, 2008.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

MEC, Ensino Fundamental de nove anos. Brasília 2007.

MEC, Pró-letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem, Brasília 2008.

MORETO, Vasco Pedro. Ética Profissional. Mimeo. (Palestra proferida no curso Avaliação e Melhoria da Qualidade de Ensino. Junho de 1995 em São Ludgero).

NORONHA, O. M. Políticas neoliberais, conhecimento e educação, Campinas: Editora Alínea, 2002.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Tradução: Maria Alice Magalhães D'amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

VIGOTSKI. L.S. Pensamento e Linguagem. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-paranagua-pr> acessado em março/2020

<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2018/376/3753/lei-ordinaria-n-3753-2018-dispoe-sobre-a-gestao-democratica-da-educacao-publica-para-o-sistema-municipal-de-ensino-de-paranagua-e-da-outras-providencias> acessado em abril/2020

<http://portal.inep.gov.br/ideb> acessado em abril/2020

SILVA, M. Sala de aula interativa a educação presencial e à distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande /MS. 2001.

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/orientacao_012021_deducseed_transicaomunicipioestado.pdf acesso em 06/02/2024

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

<https://www.editoradobrasil.net.br/como-trabalhar-os-temas-transversais-previstos-na-bncc/> Acesso em: 06 fev. 2024

HILBIG, Marcia Cristiane Venturini. Formação de professores para a inclusão de estudantes da educação especial nas escolas das Águas do Pantanal. 2021.

BNCC

<https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/solicitar-atendimento-educacional-domiciliar-ou-hospitalar-para-estudantes> Acesso em: 06 fev. 2024

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_S_A9_ID1828_09092018004655.pdf. Acesso em 06 de fev.2024

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>

<https://gestrado.net.br/verbetes/planejamento-educacional/#:~:text=Planejamento%20Escolar%3A%20realizado%20no%20%C3%A2mbito,modo%20de%20agir%20dos%20educadores.>

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Instru%C3%A7%C3%A3o%20-%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20entre%20as%20etapas.pdf>

<https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/comed/DELIBERA%C3%87%C3%83O%2001%20DE%202019%20DIRETRIZES%20MUNICIPAIS%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL.pdf>

ANEXOS

I- Instrumento de Avaliação Institucional



Prefeitura Municipal de Paranaguá
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
Escola Municipal do Campo "Nazira Borges"



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nome: _____ Data: ____/____/____

	BOM	OTIMO	REGULAR
Através de sua observação. Como você avalia a Escola?			
Quando precisou de auxílio, declarações, relatórios e outros. Como foi seu atendimento?			
Como você avalia a direção da Escola quanto ao aspecto financeiro, físico, gestão de material e pedagógico.			
Como você avalia a pedagoga da Escola no aspecto da orientação aos pais, estudantes, professores e coordenação pedagógica.			
O professor é responsável por planejar, organizar e aplicar conteúdos e atividades adequadas para seu filho (a) na Escola. Como você avalia o rendimento desse profissional?			
Como você avalia a estrutura/espço físico da Escola?			
Como você avalia o rendimento escolar do seu filho (a)?			
Como você avalia os materiais utilizados no ensino/aprendizagem de seu filho (a).			
Como você avalia a organização e limpeza da Escola?			
Como você avalia o cardápio alimentar de seu filho (a)?			

Esta avaliação é de extrema importância para fazermos as devidas melhorias na instituição.

II- Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Escola do Campo _____

Aluno _____ ano (série) _____

Renda Familiar Mensal:

Sem Renda ()
Até 1 salário mínimo ()
1 a 3 salário mínimo ()
3 a 5 salário mínimo ()
Mais de 5 salários mínimo ()
Optou por não informar ()
Tipo de moradia:
Casa ()
Apartamento ()
Cômodo ()
Coletiva ()
Optou por não informar ()
Forma de ocupação de Moradia:
Própria ()
Alugada ()
Cedida ()
Pensionato ()
Casa lar ou abrigo ()
Outro ()
Optou por não informar ()
Tipo de Construção:
Alvenaria ()
Madeira ()
Mista ()
Outra ()

Serviço que moradia tem acesso: ___ Água encanada ___ Energia Elétrica ___ Esgoto ___ Coleta de lixo.

Itens existente na moradia:

___ Banheiro ___ Rádio ___ TV ___ Geladeira ___ Computador ___ Celular
 Smart ___ Tablet ___ Freezer ___ maquina de lavar ___ Bicicleta ___
 Motocicleta ___ Automóvel.

Tipo de conexão com a internet:

___ Não possui ___ ADSL ___ Cabo ___ Via Rádio ___ Via Satélite
 ___ Fibra ___ Móvel 3G ___ M 4G ___ M 5G ___ Wifi publico ou compartilhado.

Com quem o aluno reside: ___ pai ___ mãe ___ irmãos ___ avós ___ tios ___ tutor legal ___ conjunje.

Total de pessoas que residem com o aluno _____

III- Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)



Parecer Descritivo Trimestral Para Educação Infantil

NOME DA INSTITUIÇÃO: Escola Municipal do Campo "Nazira Borges"	
Estudante:	
Docente:	
Turma: Infantil 5	Data: 21/08/2024

Neste segundo trimestre o estudante demonstrou ser uma criança atenciosa, caprichosa e perceptiva. Tem bom relacionamento com o professora e com os colegas. Adquiriu novos conhecimentos onde percebe-se sua maturidade nos objetivos de aprendizagem. Participa da atividades propostas pela professora e as desenvolve com autonomia. Se expressa através de desenhos, pintura e colagem. É capaz de discriminar sons com ritmos diferentes.

Na linguagem oral escrita conhece, identifica as vogais junções e algumas letras do alfabeto através da chamadinha e do alfabeto móvel. Demonstra interesse em História e as aprecia recontando as mesmas usando a imaginação.

Explora, compara e relaciona objetos. Conta de 0 a 10 e suas respectivas quantidades em figuras e desenhos. Conhece as figuras Geométricas e as identifica em seu cotidiano. Compara dimensões grande e pequeno, alto e baixo, tudo e nada, muito e pouco, cheio, vazio, perto e longe, a frente e atrás e ao lado. Percebe seus limites (corre, rola, pula, dança). Conhece o seu meio natural e social, valorizando atitudes e manutenção e preservação da natureza.

Podemos concluir para este segundo trimestre que o estudante demonstrou um ótimo desenvolvimento em sua aprendizagem.

Assinatura do(s) Docente(s): _____

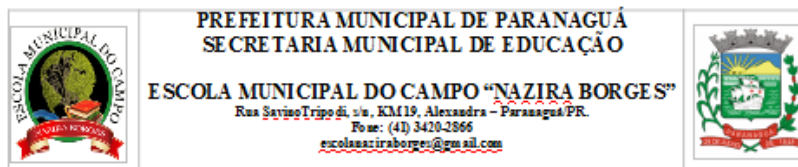
Assinatura do Pedagogo(a): _____

Assinatura do Diretor(a): _____

Assinatura do Responsável: _____

A escola não contempla esta modalidade

V- Plano de Formação Continuada



FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

DATA: 28 de fevereiro de 2024 (quarta-feira)

HORÁRIO: 17h20 às 20h20

DURAÇÃO: 3 horas

MEDIADORES: Tatiane Taveira dos Santos

TEMA: Reflexões e fortalecimento da organização e prática pedagógica.

Apresentação

A formação continuada para os professores esta sendo realizada pela equipe pedagógica, na Escola Municipal do Campo Nazira Borges, no dia 28 de fevereiro (quarta-feira), no horário das 17h20 as 20h20. É essencial para garantir o desenvolvimento e a qualidade profissional, refletindo sobre as práticas realizadas na sala de aula e assim fortalecer o processo de aprendizagem dos estudantes, possibilitando organizar ações pedagógicas tendo a relação crítica sobre a prática educativa o aprofundamento teórico de cada realidade.

Objetivo:

- Refletir sobre a prática escolar;
- Aprimorar a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Fortalecer a relação entre a teoria e a prática no trabalho.

Metas:

- Perguntas e debate sobre sua prática escolar, para que docentes consigam acompanhar o ritmo das transformações e da aprendizagem de estudantes, é essencial ter um momento de renovação de conhecimentos e reflexão sobre práticas pedagógicas.

- Grupos de estudo, para promover um ambiente de aprendizagem mais afetivo e adequado as necessidades dos estudantes, tendo em vista o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais para que visualize e implemente respostas criativas às demandas do dia a dia. Em resumo, vale investir em uma somatória de competências que permeiam diversas áreas do conhecimento, desde liderança até linguagens e ética.

VI- Plano de Ação

MÊS	DATA	TEMAS
FEVEREIRO	28	Reflexões e fortalecimento da Organização e Prática pedagógica
MARÇO	20	Capelania Escolar – missão de amor
ABRIL	10	Previdência
MAIO	08	Inovação escolar
JUNHO	05	Sentimentos e emoções
JULHO	03	
AGOSTO	14	
SETEMBRO	04	
OUTUBRO	02	
NOVEMBRO	06	
DEZEMBRO	04	

- Apoio pedagógico na sala de aula;
- Ofertar/divulgar cursos de formação continuada para professores e demais funcionários da rede municipal de ensino, para a formação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação;
- Realizar reuniões com os pais de modo presencial com horário agendado, trazendo a família para melhor identificação da realidade de cada aluno;
- Promover projetos culturais e ambientais, feira do meio ambiente, trazendo os pais a participarem de projetos juntamente com os filhos;
- Conversas dirigidas aos alunos para que os mesmos possam, através de informações atuais, sentir-se estimulados nas aulas, percebendo que os conhecimentos adquiridos na Escola serão necessários para que possam enfrentar um mundo globalizado onde a mudança se faz diariamente;
- Promover reuniões aos docentes para troca de experiências e orientações a

cerca de metodologias, estratégias e inovações;

- Conscientizar os docentes na importância do conjunto na elaboração do PPP, conselho escolar, regimento escolar para ambos aplicá-las dentro e fora da sala de aula;
- Fazer cumprir os dias letivos, carga horária e as leis que regem o Regimento Escolar.

VII- Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER);

- Estabelecer e preparar os alunos para assuntos com bullingns no estabelecimento de ensino;
- Proporcionar atividades com vídeos explicação sobre antirracismo;
- Despertar o conhecimento em leis atuais em relação étnico-raciais;
- Estimular nas percepções, nas características e semelhança de étnico raciais;
- Elaborar desenho da estrutura física do étnico-racial;
- Roda de conversa com os alunos sobre o tema;
- Influenciar e despertar a compreensão dos alunos sobre étnico-raciais;
- Explorar a Data comemorativa.

VIII – Plano de Atendimento Emergencial – PAE

COMPOSIÇÃO DA BRIGADA:

Professora: Damaris Batista Faryj

Professora: Débora Rederd França Vidal

Professora: Vera Lúcia Meneghetti

Professora: Patrícia Fernandes França

Professora: Marli Theodoro Lourenço

FUNÇÃO DOS BRIGADISTAS:

- Acionar o *PLANO DE ABANDONO* (Plano de Evacuação), se necessário e manter um organograma com os responsáveis por cada função;
- Verificação de extintores quanto à validade e suas respectivas e **obrigatórias** manutenções, enviando relatório à direção da escola a qual providenciará que os equipamentos sejam mantidos de forma a estarem em condições de uso em caso de emergência.
- Instruir os demais funcionários e professores da escola quando usar e a maneira correta de se usar os extintores de incêndio, realizando, quando possível, instrução de combate a incêndio de forma didática e prática, porém esta segunda, sem utilização de chamas;
- Verificar possíveis áreas de risco e apresentar possíveis soluções para extinguir ou ao menos minimizar estes riscos;
- Sinalizar as áreas de risco e a rota de fuga de maneira a ficar visível a todos os alunos e demais envolvidos na evacuação;
- Fazer com que todos mantenham a calma e sigam os procedimentos corretamente em caso de emergência, buscando transparecer confiança e segurança aos que estão sendo retirados e aos demais envolvidos;
- Agir de forma imediata, utilizando-se dos meios de combate a incêndio disponíveis na Escola, apenas em PRINCÍPIOS DE INCÊNCIO, quando não houver riscos de explosões e/ou a vida do brigadista e demais envolvidos.

AVISO DE EMERGÊNCIA

O aviso de emergência se dará com equipamento sonoro pré-especificado pelos brigadistas, os quais serão responsáveis pelo seu acionamento quando de situações de emergência. Todos os alunos, professores e funcionários da escola devem ser instruídos e **RECONHECER** o som do equipamento, som este que deve ser distinto de todos os outros sons comuns ao dia-a-dia da escola.

ROTA DE FUGA

Trajetos a ser percorridos em fila indiana, das salas, banheiros, refeitório e áreas externas da edificação até o **PONTO DE ENCONTRO** previamente estipulado, o

qual, na **Escola Municipal do Campo Nazira Borges**, se encontra na área externa gramada em frente à Escola (campo de futebol). Os alunos serão devidamente direcionados pelo (s) professores de cada turma, previamente orientados e instruídos quando aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, ficando a diretora **Damaris Batista Faryj**, responsável por **conferir** se não restou ninguém na sala **e traçar um risco diagonal na porta**, indicando que a referida já foi evacuada e que a sala está livre.

O (A) PROFESSOR (A) também é responsável por instruir os (as) alunos (as) quanto às especificidades do deslocamento, a saber:

- Condução ao PONTO DE ENCONTRO pelo professor de cada turma;
- Passo rápido, sem correr;
- Fila única, impedindo duplicidade;
- Alunos (as) com os braços cruzado em X, em frente ao peito, para evitar acidentes;

ÁREAS DE EVACUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS FILAS

- Saindo da área da **HORTA**, margeando o muro lateral esquerdo até o muro dos fundos, seguindo para a direita em direção ao portão de acesso, continuando em frente até o muro lateral direito da Escola e seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo das **SALAS DE AULA**, todos em linha reta até o muro lateral direito da Escola, seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo da **COZINHA** em linha reta até o muro lateral direito da Escola seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo da **SALA DOS PROFESSORES**, todos em linha reta até o muro lateral direito da Escola, seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo dos **BANHEIROS**, segue para a direita até o muro lateral direito da Escola seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;

- Saindo do **ALMOXARIFADO**, segue para a direita até o muro lateral direito da Escola seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo da **SALA DA DIREÇÃO**, segue para a direita até o muro lateral direito da Escola seguindo para a direita em direção ao portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro;
- Saindo do **PÁTIO LATERAL ESQUERDO**, segue em direção ao muro frontal da escola, segue para a esquerda sentido portão de saída, sempre margeando o muro, até chegar ao ponto de encontro.
- Após a saída do (a) último aluno (a) da sala, a DIRETORA verificará se não ficou ninguém na sala, e faz um risco em diagonal, com giz, na porta.

PONTO DE ENCONTRO

Local pré-determinado onde os (as) alunos (as) serão dispostos em fila indiana, e devidamente conferidos pelo PROFESSOR (A), o qual, após conferência, repassa possíveis ausências para o DIRETOR da escola, que repassa ao serviço de resgate.

RESPONSÁVEIS PELO PONTO DE ENCONTRO

Professora: Vera Lúcia Meneghetti

Professora: Patrícia Fernandes França

POSICIONAMENTO DOS ALUNOS NO PONTO DE ENCONTRO

- Fileiras paralelas, ao chegar ao PONTO DE ENCONTRO, aguardando a conferência do (a) PROFESSOR (A);

Cabe aos responsáveis pelo PONTO DE ENCONTRO, organizar a chegada das filas indianas, formando colunas separadas por turmas, onde cada turma formará uma coluna da direita para a esquerda, sendo que, por serem três salas de aula, serão três colunas; a primeira turma a ser formada, comporá a primeira coluna da direita, pela visão do responsável pela organização, e as demais, consecutivamente comporão a segunda e terceira colunas.

ÁREA DA ESCOLA

- A área construída da escola perfaz um total de xx m²;
- A área externa da escola perfaz um total de xx m²;

ÁREAS E RISCOS

Áreas comuns

- Falhas e descuidos em consertos e manutenções, principalmente, quando se usam materiais como soldas, maçaricos, tintas e outros produtos ou materiais capazes de dar início a um *incêndio*;
- Colocação, no ambiente, de *materiais com grande carga de combustão*, como papel, plásticos e madeira, geralmente, utilizados em decorações de eventos, festas e gincanas;
- Raios e outros fenômenos naturais e atmosféricos;
- Incêndio criminoso ou atos de sabotagem ou terrorismo;

Salas de aula e ambientes didáticos

- *Abuso ou negligência* no uso de aparelhos elétricos ou eletrônicos no local (**ex: pistola de cola quente**), principalmente, em relação ao tempo que ficam ligados ou quando existe incompatibilidade de voltagem entre eles e o sistema elétrico da escola;

Áreas de serviço

- Falhas e acidentes elétricos, principalmente, curto-circuitos e sobrecarga em equipamentos como motores, aquecedores, iluminação e transformador que fica em poste na frente da Escola o qual frequentemente apresenta problemas relacionados a descargas elétricas oriundas de relâmpagos; entre outros;
- Vazamento de gás (GLP) utilizado na confecção das merendas escolares;
- Grande quantidade de produtos inflamáveis em locais onde não haja segurança, principalmente, durante reformas e pinturas.

PLANTAS DE RISCOS/ ROTAS DE EVACUAÇÃO



IX – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR



2024



EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

LEGENDA	
[Amarelo]	FÉRIAS
[Verde]	INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE
[Azul]	FORMAÇÃO CONTINUADA
[Laranja]	PLANEJAMENTO
[Roxo]	REFORMULAÇÃO PPP
[Cinza]	PRÉ - CONSELHO
[Verde Claro]	CONSELHO DE CLASSE
[Verde Escuro]	PÓS - CONSELHO
[Laranja Escuro]	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
[Vermelho]	RECESSO ESCOLAR

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO 31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05	- 66 dias
2º Trimestre - 20/05 a 30/08	- 61 dias
3º Trimestre - 02/09 a 18/12	- 74 dias

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

Janice Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Pereira
Paula da Silva Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo C. Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGUÁ - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.